



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 59

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 15 de Dezembro de 1998

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados Natividade Luz e José Ramos Aguiar (substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado Manuel Brasil)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.15 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Este período foi unicamente destinado à apresentação de dois Votos de Congratulação (*PS e PP*) sobre os 50 Anos da Declaração dos Direitos do Homem, um Voto de Congratulação (*PP*) pelo aniversário da Casa de Nossa Senhora da Conceição, em S. Miguel, dois Votos de Pesar pela morte do Padre João Caetano

Flores (*PS e PSD*) e um Voto de Pesar (*PSD*) pela morte do Pintor Victor Câmara, tendo todos os Votos sido aprovados por unanimidade.

Assim sendo, intervieram na apresentação e no debate os seguintes Srs. Deputados: Luís Resendes (*PS*), Mário Moura (*PP*), João Greves (*PP*), João Carlos Macedo (*PS*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Madruga da Costa (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), António Meneses (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Período da Ordem do Dia:

Entrou-se neste período da ordem de trabalhos referente à discussão e votação das **Propostas de PMP 97/2000 e do Plano e Orçamento para 1999.**

Depois do Sr. Presidente ter anunciado a distribuição dos tempos para as diversas bancadas, Governo inclusivé, iniciou a apresentação destes documentos o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), tendo-se seguido as seguintes intervenções:

Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*) e Natividade Luz (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20. 10 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início à chamada.

(Eram 15.20 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio** **Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do Nascimento **Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da Natividade da Luz

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Alberto Romão Madruga da Costa

Ana Carolina Gomes da Silva

António Manuel Silva Almeida

António Manuel Goulart Lemos de Meneses

Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Eugénio Manuel Pereira Leal

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador Fernandes

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Mário Jorge da Câmara Simões Moura

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Queria informar os Srs. Deputados que, de acordo com aquilo que foi combinado na Conferência, os nossos trabalhos se vão desenrolar da seguinte forma:

Vamos dar início à discussão e à votação dos votos apresentados. Faremos um pequeno intervalo e dar-se-á de seguida início à discussão do Plano, do Orçamento e do Plano a Médio Prazo.

Estão presentes na Mesa vários votos. Temos dois Votos de Congratulação pela Passagem da 50ª. Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, um apresentado pelo Partido Socialista e outro pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes para o apresentar.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

No passado dia 10 de Dezembro, comemorou-se em todo o mundo o quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi a primeira consagração a nível do Direito Internacional de uma magna carta da humanidade que tem o indivíduo como referência e coloca-o no centro do Direito Internacional.

Portugal, ao consagrar expressamente na Constituição, no Artº 16º., nº. 2 que, "Os preceitos constitucionais e legais, relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem", atribui uma importância muito relevante aos princípios gerais da Declaração.

A nossa lei fundamental adere, assim, à tese de que os direitos, liberdades e garantias pessoais não são criados mas reconhecidos pelo Estado, obedecendo à concepção jusnaturalista e universalista, tendo o seu fundamento na consciência jurídica dos homens e dos povos.

Os Direitos Humanos assentam como é referido no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e no seu Artº 1º., num princípio de valor, o da

dignidade da pessoa humana que funciona como um "à priori" ético que se traduz na possibilidade de cada pessoa exigir dos outros um respeito incondicional pela sua condição humana.

É esta dignidade do homem que confere aos Direitos Humanos validade universal e permanente actualidade.

Trata-se, portanto, de direitos com eficácia "erga omnes", isto é, para todos e contra todos, sendo por isso direitos absolutos e não relativos.

Mas se é importante proclamar e reconhecer os direitos humanos, não é menos importante procurar que eles sejam divulgados, cumpridos e aplicados, uma vez que a Declaração Universal constitui uma referência moral e um horizonte ideal que verdadeiramente nenhum Estado atingiu.

É necessário criar um sistema jurídico internacional de controle e penalização daqueles que infringem e violam os Direitos Humanos.

Não haverá uma paz verdadeira neste planeta enquanto os Direitos Humanos forem violados em alguma das suas partes.

Nós Portugueses não podemos esquecer o caso da ditadura Indonésia e os seus atentados contra os Direitos Humanos de que tem sido vítima, o martirizado e corajoso Povo de Timor Leste.

Devem referir-se também, os relatórios da Amnistia Internacional que descrevem anualmente, a existência em Portugal de brutalidade e violência policial, de más condições nas cadeias e de exploração infantil.

Mas Portugal tem, por outro lado, uma longa tradição de defesa dos Direitos Humanos, lutando contra a aplicação da tortura e de outros tratamentos ou penas

cruéis degradantes e desumanas, tendo sido mesmo o primeiro país do mundo a abolir a pena de morte em 1867.

Devemos continuar a reafirmar a nossa vocação que é desde há muito tempo, de luta contra as iniquidades, prepotências, arbitrariedades e paladinos dos Direitos Humanos pugnando pela realização da justiça e da paz, a mais bela das tarefas do homem.

Mas consagrados que estão os direitos civis e políticos, as garantias pessoais, os direitos económicos e sociais, surge actualmente, uma nova categoria de direitos a que urge dar resposta como sejam os direitos ecológicos e ambientais, os relacionados com a bioética e a informática, impossíveis de imaginar há 50 anos atrás.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário, no dia 15 de Dezembro de 1998, congratula-se pela comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e saúda a Amnistia Internacional, o Forum Justiça e Liberdades, o SOS Racismo e todas as instituições, homens e mulheres que lutaram e lutam pelos Direitos Humanos".

Presidente: Pedia agora a um dos subscritores do Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Popular para o apresentar. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

O Mundo acaba de comemorar as bodas de ouro da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Foi, no dia 10 de Dezembro de 1948, que a Assembleia Geral da ONU, no Palácio de Chaillot, aprovou por 48 votos a favor, nenhum contra e 8 abstenções tão importante documento.

Foi a primeira vez, na história da humanidade, que houve a coragem de definir, com clareza, os Direitos do Homem.

Foi o culminar de um esforço que se iniciou, nos princípios do século XIII, mais concretamente em 1215, com a imposição da Magna Carta ao Rei, pelos barões ingleses e 400 anos mais tarde, com a aprovação pelo Parlamento do Habeas Corpus e da Declaração de Direitos, que se repeliu para sempre dos céus anglosaxónicos, a monarquia do direito divino a favor da monarquia constitucional.

Foi contudo, com a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, no Congresso de Filadélfia e com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pela Assembleia Constituinte Francesa, nos finais do século XVIII, que o humanismo se afirmou em quase todos os Países de raiz cultural ocidental, na definição dos direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem.

Os 17 artigos que fazem parte deste importante documento, ao enumerar apenas os direitos civis e políticos do homem omitiram os direitos económicos e sociais deste mesmo homem.

Foi apenas com a Declaração Universal de 1948 que, através dos seus 26 artigos, se consagraram princípios e direitos que hoje não contestamos, tais como o direito ao

trabalho, ao salário, ao descanso, às férias periódicas pagas, ao direito a um nível de vida digno, à habitação, à alimentação, à assistência médica, à segurança em caso de emprego, à educação, para enumerar os mais vulgares.

Mas a importância deste documento não se esgota na enumeração dos vastíssimos direitos do homem, pelo simples facto de nascer pessoa humana.

Infelizmente, no mundo egoísta em que vivemos, ainda há, no dia a dia, situações que, para vergonha da humanidade, violam os mais elementares direitos desta Declaração que, pela primeira vez na história da humanidade se estabelece em norma internacional, obrigando todas as nações do Mundo a respeitarem o homem como pessoa.

Tendo em conta as considerações feitas, o Grupo Parlamentar do Partido Popular, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário, no dia 15 de Dezembro de 1998, a aprovação deste Voto de Congratulação, na passagem do 50º Aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Presidente: Está assim, em discussão estes dois votos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma perspectiva geral sobre os antecedentes histórico-filosóficos dos Direitos da Declaração dos Direitos Universais, com o possível rigor discursivo, não será despropositada para nos apercebermos da sua importância neste momento em que comemoramos os seu cinquentenário.

Em 26 de Agosto de 1789, a auto proclamada Assembleia Nacional e Constituinte Francesa, reunida em Versalhes, aprovava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, para usar a designação com que ficou na história, mas, na realidade, declaração dos direitos do homem, enquanto cidadão do seu Estado.

Mais de século e meio depois, em 10 de Dezembro de 1948, a recém-criada Organização das Nações Unidas, adoptava a Declaração Universal dos Direitos do Homem, para usar, igualmente, a designação que a consagrou para a história, mas, na realidade, declaração dos direitos do homem enquanto cidadão de qualquer Estado ou da comunidade internacional de todos os Estados.

A declaração de 1789 surgiu, na sequência de um longo debate de vários dias, antes da elaboração de uma Constituição para a nação Francesa e como preâmbulo à mesma e havia-lhe de sobreviver em influência real e significado histórico.

A declaração de 1948 foi preparada, em longos meses de discussão, mais de três anos depois de adoptada a Carta das Nações Unidas, verdadeira Constituição de uma nova comunidade internacional “assente, como se diz na declaração que impulsionou a sua criação, no princípio de uma igualdade soberana de todos os estados”.

A primeira foi assinada, a contra gosto, e depois de várias semanas de resistência à pressão popular, pelo Rei Luís XVI, como representante em funções e último, de um poder monárquico do “Ancien Regime” em extinção, condenado pela história e pela sociedade.

A segunda foi preparada por um Comité de redacção, de dimensão mundial, simbolizado por uma americana (Eleanor Roosevelt), um jurista chinês (o Dr. Chang) e um diplomata francês (Pierre Cassin) e votada e assinada por 56 países,

congregados numa nascente organização internacional, apadrinhada pelos novos detentores do poder à escala do planeta: Os Estados Unidos, a URSS, a China, O Reino Unido e a França.

Em relação à primeira, já foi dito que os testemunhos da época e os historiadores estão de acordo em considerar que esse acto representou um daqueles momentos decisivos, pelo menos simbolicamente, que assinalam o fim de uma época e o início de outra, e, portanto, sinalizam uma viragem da história do género humano.

Da Declaração Universal dos Direitos do Homem também já tudo se disse, quer acentuando as suas virtudes, quer sublinhando as suas limitações.

Para constatar uma coisa e outra comparemos, muito sumariamente, já que não faz sentido compará-las artigo a artigo, o preâmbulo da declaração de 1789 e o da declaração de 1948.

Estes preâmbulos são reveladores da linha de continuidade e da matriz que une as duas declarações mas também da diferença de contexto histórico e alargamento de preocupações que as distingue.

No preâmbulo da declaração do sec. XVIII, curto e incisivo, considera-se “que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas do sofrimento público e da corrupção dos governos”.

Por isto mesmo, os representantes do povo francês constituídos em Assembleia Nacional “resolveram expor numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, para que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social lhes lembre constantemente os seus direitos e os seus deveres; para que os actos dos poderes legislativo e do poder executivo possam ser

permanentemente comparados com o objectivo de todas as instituições políticas e sejam mais respeitados; para que as reclamações dos cidadãos, baseadas desde então, em princípios simples e incontestáveis, envolvam sempre o respeito pela constituição e a felicidade de todos”.

No preâmbulo da declaração de que comemoramos o cinquentenário, longo e complexo, considera-se que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

"Que o desconhecimento e desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem";

"Que os povos das Nações Unidas proclamaram de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e se declararam favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, que se comprometeram a promover o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais".

Por tudo isto, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos fundamentais e liberdades e por promover com

medidas progressivas de ordem nacional e internacional o seu reconhecimento e a sua aplicação, universais e efectivos”

Senhores Deputados:

A primeira observação a fazer é que ambos os textos têm um conteúdo denso, globalizante e definitivo, que faz deles páginas imorredoiras do pensamento da humanidade, como as tábuas da lei hebraica, o código de Hamurabi, as 12 tábuas da lei romana ou os cinco princípios do Islão.

A segunda observação é para lhe sublinhar as semelhanças. O mesmo tom proclamatório e solene próprio dos actos e dos factos que se sabem fundadores e iniciadores de uma nova fase da história.

A mesma convicção, que diríamos iluminista ou legicentrista, que a consagração dos princípios na lei, o seu conhecimento ou reconhecimento é o passo mais importante para o seu respeito e acatamento.

O mesmo carácter abstracto e generalizante do sujeito dos direitos que omite ou descarta as diferenças específicas de cada indivíduo ou situação social que condicionam a validade e a aplicabilidade dos princípios aos sujeitos históricos concretos.

A mesma ligação directa à história da realidade política contemporânea, no caso de 1789, as revoluções americana e francesa, no caso de 1948, ao termo da maior hecatombe bélica da humanidade, e a mesma necessidade de rasgar novos caminhos na luta contra a opressão, a tirania e a ausência de liberdade e de criar um mundo novo para um homem novo.

A mesma crença na existência de direitos inalienáveis, inerentes à condição humana, recebendo o nome de naturais em 89 e de fundamentais em 48.

A mesma concepção da liberdade como fonte e raiz do poder e, com este, ao seu serviço.

Mas as diferenças não são menores.

Em 48, ao contrário de 89, a liberdade já não é um mero pressuposto do direito, situado antes da história e para além dela, mas um ideal comum a atingir pelo progresso não apenas político, mas também, ou principalmente, social.

Em 48, ao lado da liberdade, entendida, aliás, num sentido muito mais amplo que 89, e que não se limita ao indivíduo na sociedade, mas abrange os povos na comunidade internacional, figura com o mesmo relevo a igualdade de direitos.

Em 48, mantém-se a exigência do conhecimento e reconhecimento dos direitos, mas acrescenta-se-lhe a urgência na sua aplicação e efectividade, de modo a que os direitos possam ser, efectivamente universais e universalmente efectivos.

Em 48, além da reformulação do conteúdo dos direitos civis e políticos herdados de 89, acrescenta-se-lhe uma nova geração de direitos sociais, culturais e económicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A finalizar, duas ideias como síntese.

As declarações de 1789 e 1948 fazem a súmula da evolução do Estado moderno.

Numa determinada perspectiva, enquanto põem o indivíduo, antes do Estado.

Primeiro, o Estado liberal, no qual os indivíduos que reivindicam o poder soberano são apenas uma parte da sociedade. Depois, o Estado democrático, no qual são potencialmente todos os indivíduos a fazer tal reivindicação. Finalmente, o Estado

Social, no qual os indivíduos, todos transformados em soberanos, sem distinção de classe, reivindicam - além dos direitos civis e políticos - também os direitos sociais que são, igualmente, direitos individuais.

Noutra perspectiva ainda, as declarações de 89 e 48 são o sumário da evolução dos direitos humanos, enquanto expressão histórica e ideológica do conceito de liberdade humana.

Numa primeira fase, pela afirmação de uma esfera de liberdade **em relação** ao Estado, isto é, pela reivindicação daqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado.

Uma segunda fase é a da liberdade **no** Estado. É a fase dos direitos políticos de participação e de autonomia pessoal e da liberdade concebida não no sentido negativo, de ausência de obstáculos ou impedimentos por parte do Estado, mas no sentido positivo de participação no poder do Estado.

Finalmente, uma terceira fase, aquela em que felizmente vivemos, uma terceira fase de liberdade **através ou por meio do Estado**, com as exigências dos direitos sociais de bem-estar e de igualdade não apenas formal, implicando um papel activo do próprio Estado na sua efectivação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O caminho aberto pelas declarações de 89 e 48 só estará plenamente cumprido quando, nos textos legais e na consciência social, estiver inscrita, com igual força, a ideia do Alcorão de que matar um homem é matar toda a humanidade. Matar, violentar, maltratar, torturar, excluir ou marginalizar.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PCP/Açores associa-se aos Votos de Congratulação apresentados sobre o quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. No entanto, em relação a esta matéria, gostaríamos de fazer duas ou três afirmações que consideramos que devem ser lembradas em relação a este quinquagésimo aniversário.

A nossa primeira ideia vai para o povo de Timor, para os quais a Declaração Universal dos Direitos do Homem é palavra vã, sujeitos a torturas, a prisões sem qualquer critério, a perseguições, sejam elas políticas, sejam elas apenas de índole social. Por estes dias, continuámos a receber notícias de que populações inteiras de aglomerados populacionais, em Timor, são massacrados pelo exército indonésio. Todos os dias ouvimos notícias de que o exército indonésio continua cada vez com maior pressão, sem qualquer respeito pelos direitos daquele povo, a massacrá-lo violentamente e a procurar destruí-lo fisicamente.

Em segundo lugar, gostaríamos de lembrar um facto, que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, durante os 26 anos de fascismo que vigoraram em Portugal, nunca foi acatada pelo regime fascista português e durante essa época os direitos humanos nunca foram respeitados em Portugal. Nessa altura tivemos tortura nas

prisões portuguesas e tivemos perseguições ao homem sem qualquer respeito. Por isso mesmo pensamos que há que lembrar aqui que apenas com a aprovação da Constituição Portuguesa de 1975, fruto da Revolução de Abril, os Direitos do Homem começaram, efectivamente, a ser respeitados em Portugal, em função daquilo que foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Por outro lado, há que ter em conta que neste momento existem direitos consagrados na Declaração Universal, que ainda não são possíveis serem implementados e há que pensar também neste facto.

Penso que estes aniversários servirão essencialmente para pensarmos todos nessa matéria. Infelizmente, no mundo em que vivemos, as percentagens do desemprego são elevadas. Isto passa-se em toda a Europa, passa-se no nosso País, passa-se na nossa Região e continuarão a existir enquanto houver impossibilidade de que o emprego, o trabalho, a cultura, a integração social, de todos os cidadãos, não se faça. Em nosso entender não se está a cumprir em toda a sua extensão aquilo que está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Por isso mesmo, achamos que a importância de pensarmos todos nestes factos poderá servir na medida de podermos todos contribuir para que, efectivamente, as intenções que nortearam a Declaração dos Direitos do Homem possa ser cumprida em toda a sua extensão e em todo o Mundo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve intervenção para marcar a nossa concordância e a adesão do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a este voto de congratulação apresentado

pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou à 50 Anos a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O seu enunciado, que abrange um alargado elenco de direitos, mantém como principal e fundamental perspectiva a eminente dignidade da pessoa humana.

São direitos físicos e políticos, que esses sim, já vinham de trás desde a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, do direito do trabalho, do salário, do direito à vida, à vida digna, à habitação, à segurança no emprego e a vários outros.

Ainda não se consolidam os direitos há 50 anos proclamados e para quantos sofrem de perseguições e injustiças, de fome e de doença, de violência de regimes opressores e despóticos, e esse belo conjunto de princípios não passa ainda de letra morta, e já se levantam aí a necessidade de encarar de novo as situações como as que decorrem da globalização da economia, do progresso tecnológico, com o novo poder da informática, das estradas da informação e para que se perspectivem novos perigos susceptíveis de ferirem a dignidade do homem, que mesmo agora enfrenta perplexos, novas realidades que derivam de tantas e tão substanciais alterações no mundo do trabalho, e em que se dão à conta das mais variadas motivações eliminando postos de trabalho que o tornam cada vez mais precário, gerando uma multidão de desempregados e de excluídos da sociedade.

A paz e a liberdade, o respeito pela pessoa humana que deriva da própria solidariedade entre os homens, e de um grande sentido de fraternidade, são, ao fim e

ao cabo, o grande conteúdo deste código de direitos. A sua defesa é um permanente combate e situa-se sempre na acrisolada luta por um grande ideal de vida.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr em primeiro lugar, à votação, o Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como estão.

Secretário: O Voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação o Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr também à consideração da Câmara um Voto de Congratulação pela celebração do Vigésimo Quinto Aniversário da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição.

Para o apresentar tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

A Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, na ilha de S. Miguel, comemorou, no passado dia 8 de Dezembro, o seu 25.º Aniversário.

Embora a psiquiatria tenha evoluído muito nos últimos anos, o sucesso no tratamento dos doentes do foro psiquiátrico depende em muito de uma enfermagem competente

e do relacionamento humano que é estabelecido com aqueles que necessitam de cuidados.

Ainda não longe da época em que os doentes necessitados de tratamento psiquiátrico eram frequentemente marginalizados pela sociedade ou até escarnecidos, assume particular relevo o trabalho abnegado que é desenvolvido em prol dos doentes e apoio aos respectivos familiares, há um quarto de século, pela Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, por todos os que ali trabalham, desde o seu Director, passando pelas Irmãs da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus, até ao mais modesto empregado.

A capacidade de trabalho, a competência, a disciplina, o carinho que dispensam e até a alegria com que desempenham as suas funções, todos os que ali trabalham, é pois digna de congratulação.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Popular propõe a aprovação de um voto de congratulação pela passagem do 25.º Aniversário da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de S. Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Dezembro de 1998.

Os Deputados do Partido Popular".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O passado dia 8 do corrente revestiu-se de um grande simbolismo, tanto a nível patriótico, como a nível religioso, mas também nesta data uma das mais valiosas instituições de carácter social e cuidados de saúde, faz um quarto de século de existência, a estender a mão e a cuidar de pessoas doentes e muito fragilizadas que

são os doentes do foro psíquico, e se recuarmos um pouco na História podemos ver que estes doentes sempre foram marginalizados e até esquecidos pela sociedade. Mas graças à Irmãs da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus e dos Irmãos da Ordem de São João de Deus, com a sua vinda para a Região, estes doentes lucraram com uma enfermagem competente e grande sentido humanístico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Embora a ciência da psiquiatria tenha evoluído bastante nestes últimos anos, esta só se pode complementar com o sentido humanístico das Casas de Saúde, que vem desenvolvendo cada vez melhor o seu trabalho no apoio ao doente e aos seus familiares.

No meu fraco entender nesta matéria, julgo que a Casa de Saúde é isenta e posso ser exemplo disso infelizmente. Porque infelizmente também conheço por dentro a Casa e todos que lá trabalham desde o seu director clínico ao mais modesto empregado, todos merecem uma palavra de homenagem e as que ao longo destes 25 anos deram o seu contributo a esta instituição e muito em especial às Irmãs que com a sua abnegação, a sua capacidade de trabalho e a sua disciplina, a sua compreensão, o seu carinho e a sua alegria, fizeram da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição um canto, que apesar da tristeza, reina a fraternidade e a valorização do ser humano. Bem hajam!

(Aplausos das bancadas do PS, PP e PSD)

Presidente: Está a discussão o Voto de Congratulação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de referir que tive muita honra em participar nas Comemorações dos 25 Anos da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição que, tal como foi aqui referido, gostaria de salientar desde o início que, evidentemente, o meu Grupo Parlamentar associa-se a esse voto, porque como é de conhecimento público foram essas duas instituições, a Ordem de São João de Deus e a das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, quem na Região Açores tomaram a responsabilidade de cuidar dos doentes mentais.

Como aqui foi também dito, esses doentes durante muito tempo, numa época em que nesta Região no fim do século passado, dizia Montalverne Sequeira, que já havia cuidados razoáveis para ladrões, para indigentes, para os doentes de doenças físicas e para todos os outros indivíduos carentes sociais, já havia casas e instituições que cuidassem desses doentes. Os doentes mentais mantinham-se como ladrões atrás de grades, em locais sem luz, sem nenhuma condições, como eram determinadas instalações dos hospitais civis das Misericórdias desta Região.

Tenho a honra de dizer que trabalhei nessas Casas de Saúde, portanto sou testemunha actuante de toda abnegação, capacidade de trabalho, de humanização das Irmãs Hospitaleiras. É nesse sentido que reconheço que este voto é um voto merecido. É um voto que nós não podemos deixar em branco, mas gostaria ainda de salientar outro aspecto que tem a ver com a maneira de funcionar das Irmãs Hospitaleiras. Fizeram a comemoração do 25 Anos fazendo um encontro bastante importante sobre saúde

mental, a que eu também tive a honra de participar desse debate, de cariz científico, e como elas diziam a nossa comemoração é singela, é familiar, é para dentro. Não é uma comemoração para a comunicação social, é uma comemoração que visa, de facto, que todos os familiares dos doentes, os doentes, todos os amigos da Casa de Saúde e todos os técnicos repensassem o modo de fazer e o modo de funcionar dessa Instituição.

Portanto, eu queria que ficasse registado nesta Casa esta forma diferente de comemorar os 25 Anos da existência da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, que, embora a psiquiatria esteja a evoluir e exija outro tipo de cuidados, não significa que elas devam deixar de existir, nem que elas tenham que mudar de ramo, significa só que entre os avanços tecnológicos e outras formas de cuidar dos doentes, a forma das Irmãs cuidarem desses doentes também é importante e deve-se manter.

Nesse sentido mais uma vez digo parabéns às Irmãs Hospitaleiras, parabéns à Região Autónoma dos Açores, parabéns a todos os doentes que passaram por aquela Casa e que por elas foram bem tratados.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação dos 25 anos do funcionamento da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição.

No seguimento das intervenções anteriores devo também dar o meu testemunho pessoal do conhecimento que tive, no exercício de funções que anteriormente prestei,

do trabalho das Irmãs da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus, dos Irmãos de São João de Deus, nas Casas de Saúde de foro psiquiátrico.

E, como foi aqui dito, quero testemunhar pessoalmente o grande humanismo, que é fundamentalmente aquilo que mais me sensibilizou no contacto que tive durante alguns anos com estas Instituições, e foi a grande disponibilidade de serviço e de doação ao doente, de todos os que trabalham nestas Casas.

Foram estas Casas de Saúde realmente pioneiras na cobertura destas situações. É evidente que a ciência, a tecnologia, os medicamentos e química vão evoluindo e há que compatibilizar as respostas de ponta dos hospitais, com a resposta, digamos, destas Casas de Saúde.

Como também foi aqui dito, e muito bem, não são incompatíveis. É necessário a Região apostar no desenvolvimento dos seus serviços de psiquiatria, acompanhando o que se vai fazendo com novas tecnologias, sem prejuízo da manutenção e da continuação de apoio destas Casas de Saúde, que têm um papel fundamental e que são queridas do nosso Povo e até têm, digamos, expressões populares que manifestam essa sua ligação. Nesse sentido quero reafirmar que o Grupo Parlamentar do PSD, vai apoiar este Voto. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós também nos associamos ao Voto de Congratulação que está a ser apreciado e que lembra o esforço da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, na ilha de S. Miguel, cujo trabalho foi já aqui expresso e que valerá a pena salientar.

Hoje é diferente o modo como são encarados os doentes mentais, mas durante muitos anos, e quando se iniciou o funcionamento, tanto da Casa de Saúde da Senhora da Conceição em S. Miguel, como de São Rafael, na Terceira, eram as únicas instituições que, efectivamente, poderiam receber doentes com aquelas afecções.

Valerá a pena lembrar que em muitas das nossas ilhas, embora possuindo o seu hospital ou um local onde eram prestados cuidados de saúde, os doentes mentais não passavam por esse hospital, eram directamente enviados para as Casas de Saúde. Isto mostra, em nosso entender, o modo como eram diferenciados aqueles que sofriam de doenças mentais e aqueles que sofriam daquilo que eram consideradas as doenças propriamente ditas. É uma realidade que em muitas das nossas ilhas perdurou até à poucas dezenas de anos. O único refúgio destes doentes, quando tinham alguma possibilidade económica de transporte, eram efectivamente as Casas de Saúde, porque não tinham outra opção ou porque a família não a tinha também. Por isso mesmo, penso que é de valorizar todo o empenho e o modo como, tanto em S. Miguel, como na Terceira, foram encaradas estas afecções, e por isso mesmo nós pensamos que vale a pena lembrar aqui o vigéssimo quinto aniversário desta Casa de Saúde.

Presidente: Concluída a apresentação deste Voto de Congratulação pela Passagem do Vigésimo Quinto Aniversário da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora a dois Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre Flores.

Pede-se a um Sr. Deputado subscritor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para fazer o favor de apresentar o seu voto.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

A Região Autónoma dos Açores foi abalada, há dias, pela notícia do falecimento do sacerdote jorgense João Caetano Flores, que, desde há décadas, exercia, com incedível zelo e proficiência, o cargo de pároco da freguesia da Ribeira Chã, no município da Lagoa.

Se é um facto que este infaustoso acontecimento representa para o povo daquela pequena comunidade micalense uma perda literalmente irreparável, o mesmo poderá dizer-se para todo o arquipélago, enquanto diocese eclesiástica ou, simplesmente, como território organizado e consciente dos seus valores próprios e das suas grandes causas.

Ao Padre João Flores coube o papel histórico de inscrever o lugar da Ribeira Chã no mapa de São Miguel, arrancando-o do papel de obscuro curato para lhe conferir o de freguesia visível e respeitável e liderando, para isso, todo o processo inerente à obtenção de um conjunto de equipamentos colectivos que significaram e vão significar sempre para aquele povo a descoberta do caminho do desenvolvimento social, económico e cultural.

Não se ficando pela acção espiritual, o Padre João Flores, com o "Coração em Deus e as Mãos no Trabalho", cultivava, em cada ser humano, a harmonia global da pessoa, cuidava com igual esmero das necessidades anímicas e temporais e, por assim ser, tinha um amigo em cada um, pobre ou rico, que o conhecesse ou dele se acercasse.

Pode dizer-se, com propriedade, que "passou fazendo o bem".

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa Regional, reunida em plenário na cidade da Horta:

- Aprova um voto de pesar pela morte do Padre João Caetano Flores, endereçando aos seus familiares, à Diocese de Angra e a todo o povo da Ribeira Chã as mais sentidas condolências."

Presidente: Peço a um Sr. Deputado subscritor do Voto apresentado pelo Partido Social Democrata para o apresentar.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Pesar

Morreu o Padre João Flores. A notícia calou fundo que o silêncio é a voz do respeito e da veneração.

Pode-se lamentar, adjectivar, desabafar, fazer cair uma lágrima mas o que fica é um vazio enorme de saudade, eficácia, crença, entrega, luta e persistência.

O Padre João Caetano Flores nasceu a 9 de Setembro de 1930 na Fajã dos Vimes na Calheta de S. Jorge e morreu a 2 de Dezembro de 1998 na Ilha de S. Miguel.

Ordenado sacerdote em 22 de Maio de 1956 é à Ribeira Chã que entrega o chamamento da sua obra apostólica.

Transportou em si o desafio e a singularidade dos pequenos lugares. Aos paroquianos conquistou o coração, às mãos e ao trabalho a solidariedade da obra, ao povo disse generosidade e Amor.

Nunca o vimos desistir. Humilde e de convicções sólidas sabia procurar as pessoas e as instituições certas para encontrar soluções para as suas beneméritos causas.

Poder-se-à dizer que levantou do chão uma próspera, dinâmica e exemplar freguesia.

O Padre João Flores começou do nada: a construção duma moderna igreja contribuiu, logo a seguir, para a elevação do povoado da Ribeira Chã a freguesia e do Curato a Paróquia.

Homem afável mas de têmpera deixa na relação sócio-cultural e religiosa uma obra excepcional e exemplar.

Do seu denodado empenho nasceram o museu de Arte Sacra e Etnografia; o Jardim Infantil integrado no Centro Social e Paroquial, a construção da sede da Junta de Freguesia e Parque Infantil, o Polivalente Desportivo, o Museu Agrícola, o Centro de Dia para idosos e o conjunto Etnográfico e Museológico implantado no Jardim do Endemismo Açórico.

A sua ultima grande obra foi o Centro de Cultura e Catequese e a transformação da Casa Rural anexa em Casa Etnográfica sem esquecer o apoio clamado para o arranjo das ruas, a electrificação da freguesia e até a criação de transportes públicos.

O Padre João Flores promoveu a nível local e Regional exposições culturais de pintura e etnografia, realçou o papel da nossa gastronomia com a edição de dois

volumes intituladas "A cozinha dos nossos Avós" e da tradição oral do nosso povo conseguiu recolher para livro um sem numero de orações antigas, e ainda por exemplo na publicação de outros de diferente temática "O dragueiro" e "Bispos Açorianos".

De realçar o conjunto de conferências e seminários sobre os mais variados assuntos que com a ajuda de personalidades de reconhecido valor intelectual marcaram, decididamente, a importância de uma genuína e participativa descentralização cultural.

O boletim paroquial "Despertar" constitui hoje uma colecção de revistas de inegável interesse histórico-literário.

O Padre João Caetano de Flores foi distinguido com as insígnias de "Oficial da Ordem de Benemerência"; homenageado pela Câmara Municipal da Lagoa com o título de "Cidadão Honorário" e " Medalha de Ouro do Município.

Com a morte do Padre João Caetano Flores, desaparece uma grande figura da Igreja, um grande dinamizador sócio cultural, um grande cidadão, um açoriano de alma grande.

Com o Padre João Flores a morte há-de ter sempre o sentido da vida.

O Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário no dia 25 de Dezembro de 1998, manifesta profundo pesar pelo falecimento do Padre João Caetano Flores.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Dezembro de 1998.

Disse.

Presidente: Estão à discussão os dois votos. Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que nos associamos aos Votos de Pesar pela Morte do Sr. Padre João Caetano, cuja obra é reconhecida por todos aqueles que tiveram oportunidade de passar pela Ribeira Chã, na ilha de S. Miguel.

Esta é uma obra que será prémio e que perpetuará, efectivamente na memória de todos, o trabalho, o empenho, a dedicação, a cultura deste Homem que se dedicou ao Povo, para o qual viveu e para o qual dedicou toda a vida. Entendemos que aquilo que podia ser dito em relação a esta matéria está contemplado nos votos aqui presentes e, portanto, resumo dizer que votarei favoravelmente estes Votos de Pesar.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nascido na bonita freguesia da Ribeira Seca da ilha de S. Jorge, no sítio e local da magnífica Fajã dos Vimes, João Caetano Flores foi, sem dúvida alguma, um grande jorgense que, vivendo desde a sua ordenação fora de S. Jorge, nunca deixou de sentir e amar a ilha aonde nasceu. Mas o Padre João Caetano Flores não só nos honra como jorgense pelo seu exemplo, como honra todos os açorianos como padre, como homem ligado à cultura, à moral, ao bem-estar social e à pesquisa e conservação do passado. Se mais houvesse para dizer deste grande homem, bastaria a seguinte frase que ele tanto acarinhava "cada idoso que morre é uma biblioteca que arde e cada

criança que nasce é uma biblioteca que se inicia". Mas não podemos, de modo nenhum, deixar de aqui expressar a opinião do Monsenhor Moreira das Neves acerca do Padre Flores "o Padre Flores é uma grande alma, mas é sobretudo um homem sem fim num corpo pequeno".

É a este grande homem, a esta grande alma, a este grande jorgense, a este grande açoriano que nos honrou com a sua amizade, com o seu saber, com os seus preciosos conselhos que aqui queremos exprimir em nosso nome e em nome do povo que nos elegeu e do qual também era filho o Padre João Caetano Flores, o nosso pesar pela perda irrecuperável de tão elevada figura de jorgense e açoriano.

O povo de S. Jorge, chora a sua morte, a Fajã dos Vimes está de luto, a igreja ficou mais pobre, os pobres sentiram a sua falta, a cultura e a educação perderam algo de inestimável, enfim, penso que todos nós homens e mulheres de boa fé, apostados no desenvolvimento dos Açores, sentiremos que algo de irrecuperável nos abandonou para sempre.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular associa-se aos dois votos de pesar aqui apresentados, estando praticamente tudo referido relativamente a essa figura ímpar da Igreja e da cultura popular açoriana. Efectivamente o Padre João Flores foi por todos reconhecido como a verdadeira alma da comunidade da Ribeira Chã e um exemplo

para todos quanto àquilo que é possível fazer-se em prol de uma comunidade. Com o seu desaparecimento a Região perde um dos seus melhores filhos.

Presidente: Concluída a discussão, vou pôr à votação, em primeiro lugar, o Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação o outro Voto de Pesar apresentado pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Foi também aprovado por unanimidade.

Presidente: Está presente mais um Voto de Pesar pelo falecimento do Pintor Vitor Câmara. Peço ao Sr. Deputado subscritor do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para o apresentar.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"VOTO DE PESAR

Morreu com saudades da Ilha. Morreu longe e com ela. Morreu à espera de notícias com que alimentava sonhos e infindáveis tertúlias.

No dia 30 de Novembro p.p. com 77 anos de idade Victor Câmara pintor a quem muitos devem a mestria do saber, micaelense de gema que o sotaque nunca enganou,

morre na casa do seu atelier de Paço d'Arcos onde residia há mais de 40 anos na insistente busca pela perfeição.

Autodidacta, cedo revelou excepcionais talentos naturais para o desenho logo aproveitados pelos seus professores Luís Bernardo Athaíde, Viçoso May e mais tarde o consagrado Domingos Rebelo com quem se familiariza para a construção de uma linha conceptual que se distinguiria, sobretudo, na captação impressionista das nossas paisagens, que o haviam de identificar, ao longo de toda a sua carreira, com mais de meio século.

De traço seguro e rigoroso foi exímio na aguarela e no retrato e do seu lado mais boémio e atrevido ficam excepcionais caricaturas, divulgadas pela imprensa de expansão nacional, de vedetas da canção e do cinema como Brigitte Bardot, Bárbara Streisand ou Bucha e Estica.

No dizer do seu amigo e crítico literário Eduíno de Jesus, deve-se apreciar no que há do saber de ofício na pintura de Victor Câmara,:" a tactilidade do modelado, a emergência ágil dos contornos ou a sua submersão discreta em esbatidos subtis, a delicadeza das velaturas, os revérberos da luz e as palpitações da sombra, a sagesa da escala tonal e da variedade tímbrica das cores na estrutura cromática do quadro."

Victor Câmara participou em inúmeras exposições individuais e colectivas em várias galerias e salões nacionais.

Sócio efectivo da Sociedade Nacional de Belas Artes, está citado em vários dicionários biográficos da especialidade e representado em Museus Nacionais e Estrangeiros e em numerosas colecções particulares.

Em 1992 foi distinguido pela Câmara Municipal de Ponta Delgada com o título "Cidadão de Mérito".

Victor Câmara é o pintor da ilha, das suas paisagens, estradas de azáleas, tufos de flores, das suas atmosferas, da sua humidade, dos seus nevoeiros.

Com o desaparecimento de Victor Câmara é um pouco da ilha que morre.

Olhar os seus quadros é sentir que a ecologia pode ser um poeta em movimento.

O Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em plenário no dia 15 de Dezembro de 1998, manifeste profundo pesar pelo falecimento de Victor Câmara ilustre pintor açoriano."

Disse.

Presidente: Está à discussão este Voto de Pesar.

Não havendo qualquer intervenção vou pô-lo à votação .

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente:

Penso que a figura regimental que eu poderia utilizar era a interpelação à Mesa.

Muito rapidamente só para dizer o seguinte:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu próprio observei e muita gente observou na televisão outro dia, várias pessoas me chamaram a atenção para isso, pelo facto do Sr. Presidente da Assembleia ter sido protocolarmente preterido numa cerimónia da Universidade dos Açores. Foi Vossa Excelência colocado em quarto lugar, na ordem de precedência, o que é uma

menorização desta Assembleia e do Sr. Presidente. O que eu queria perguntar era se Vossa Excelência tenciona, protestar ou enviar carta ao Sr. Reitor da Universidade sobre esta questão?

Presidente: Eu posso responder. Julgo que não é o momento oportuno para pôr essa questão. Parecia-me que estas coisas deviam ser tratadas no momento certo, e no local certo, mas eu farei menção expressa do facto, porque já fiz chegar ao Sr. Reitor na altura própria, e farei chegar oficialmente uma carta a lembrar ao Sr. Reitor quais são as regras protocolares.

Deputado Fernando Menezes (PS): Muito obrigado.

Presidente: Vamos fazer um pequeno intervalo. Começaremos os nossos trabalhos dentro de 15 minutos.

(Eram 16.20 horas)

Presidente: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16.50 horas)

O nosso **Período da Ordem do Dia** começa com a apresentação das **Propostas do Plano a Médio-Prazo 1997/2000, Plano e Orçamento para 1999**.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto*

Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No prosseguimento do Programa Eleitoral que a população açoriana maioritariamente sufragou e do Programa de Governo que esta Assembleia aprovou, o Governo Regional, no estrito cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos, elaborou e entregou neste Parlamento as suas propostas de Plano e Orçamento para o próximo ano de 1999 e, também, já pela terceira vez consecutiva, a proposta de Plano de Médio Prazo até ao ano 2000, Plano este que tem vindo a ser, sistematicamente, recusado mas que, se o Plano para 1999 for aprovado, como tudo leva a crer, ficará viabilizado já em 75%.

O tempo entretanto decorrido demonstra, à sociedade, que o P.M.P., que persistentemente temos vindo a apresentar, não é um documento académico, de duvidosa exequibilidade prática e desligado das realidades concretas da nossa economia e da nossa sociedade, mas antes um documento que identifica com rigor os nossos principais problemas e que aponta com precisão os enunciados normativos, as acções e as medidas de política para os superar. E para isto muito contribuiu a metodologia utilizada na sua elaboração, que envolveu todos os sectores da administração pública regional e a interacção que sempre se manteve ao longo de todo o processo com os principais agentes económicos e sociais, cujas análises, sugestões e pareceres muito contribuíram para o rigor do diagnóstico e para o acerto das soluções.

O nosso P.M.P. é um documento realista, fortemente aderente às realidades da nossa economia e expressa bem o desafogo financeiro que este Governo conseguiu para a nossa Região.

Não fossem as calamidades que, infelizmente, persistem em nos atormentar e que são, obviamente, impossíveis de prever, e estaríamos hoje a apreciar um Plano e Orçamento para 1999 com muito poucos desvios relativamente aos previstos no início do nosso mandato.

Precisamente como consequência destes maiores recursos financeiros conseguidos por este Governo, foi-nos possível elaborar um P.M.P. com um volume total de investimento de 180,8 M.c., montante este que, a preços correntes:

é superior ao dobro (113,4%) do previsto no P.M.P. para 1993/96 apresentado pelo Governo que nos antecedeu e que, como V. Exas também certamente se lembrarão, foi elaborado num período de crise financeira que ia colocando a Região numa grave situação de recessão económica; é superior em 38,1% ao somatório dos investimentos previstos nos diferentes orçamentos anuais revistos daquele mesmo P.M.P. 1993- 1996; é superior em 62,5% aos investimentos efectivamente realizados naquele mesmo período.

E a validade destas comparações é, de facto, grande já que, no caso presente, está reforçada com o facto de o montante de investimento considerado no ano de 1997 ter sido o efectivamente realizado (33,9 M.c.) e se saber já que o de 1998, (41,7 M.c.) terá uma taxa de execução financeira a rondar os 90%, ao contrário do que há poucos meses, com falso desgosto, auguravam os dois maiores partidos da oposição.

Porém, independentemente da preferência por qualquer destes critérios de comparação, é inquestionável que o montante de investimento previsto neste P.M.P. é o maior de sempre na nossa Região.

As Grandes Linhas de Orientação Estratégica do Plano de Médio Prazo decorrem do Programa do VII Governo Regional e consubstanciam, de forma sintética, a orientação que o Governo pretende imprimir na sua actuação, tendo em vista a necessidade de promover os mecanismos susceptíveis de garantirem a solidez do processo de mudança que se pretende implementar no quadro de uma Nova Autonomia; de responder aos desafios com que a Região se irá confrontar nos próximos anos; de incrementar novas dinâmicas em componentes fundamentais do sistema económico e social; e de revitalizar o tecido sócio-económico através de modelos de participação e parceria, no quadro da nova política regional.

O Plano de Médio Prazo é, também, um instrumento indispensável para enquadramento das expectativas do sector privado nas diferentes áreas, contribuindo, assim, para a estabilidade e para uma melhor gestão das suas iniciativas numa perspectiva plurianual.

Como já referido o esforço de investimento da responsabilidade directa do Governo Regional no quadriénio 1997/2000, ascenderá a 180,8 M.c.. Disse "responsabilidade directa do Governo Regional", porque se àquele montante adicionarmos outros investimentos promovidos por empresas públicas, por juntas e serviços autónomos, por Câmaras Municipais e por privados, todos eles, também, com financiamentos de fundos estruturais da U.E. atribuídos à Região, então, o montante global de investimento ultrapassará os 250 M.c..

São níveis de investimento consideráveis, muito acima do de anos anteriores e que possibilitam o objectivo assumido por este Governo, de aproximar o desenvolvimento económico e social da nossa Região das médias nacional e europeia.

Como se poderá constatar pelo quadro de financiamento orçamental deste período, e dos investimentos de carácter verdadeiramente excepcional decorrentes do sismo de 9 de Julho passado, (para os quais, aliás, o Governo assegurou, atempadamente, o financiamento de grande parte dos prejuízos por fundos estruturais consegue-se a elaboração de orçamentos evidenciando défices globais tendencialmente decrescentes.

No total dos quatro anos deste P.M.P., as necessidades de financiamento por recurso ao crédito somam 58,2 M.c., valor que representa 32,2% do total de investimento realizado no período e apenas 12% dos fundos necessários para assegurar a globalidade das despesas de funcionamento e do Plano, no valor de 481,1 M.c..

Cabe aqui uma comparação com idêntico quadro de financiamento do quadriénio anterior, correspondente ao período 1993/1996, de onde ressalta que para níveis de investimento substancialmente inferiores, foi necessário recorrer a montantes de endividamento francamente superiores — um total de 78,4 M.c. de endividamento, que corresponde a 70,8% do valor do investimento do período (em oposição aos 32,2% de agora) e a 21,2% da globalidade das despesas de funcionamento e do plano (em oposição aos 12% de agora).

Como se constata, as diferenças são notórias!

De registar também o grande esforço que tem vindo a ser desenvolvido por este Governo na contenção das "despesas de funcionamento", que nestes últimos anos têm tido taxas de crescimento reais praticamente nulas, e o cumprimento tendencial da denominada regra empresarial de equilíbrio financeiro mínimo, que se traduz no facto de as despesas de funcionamento serem financiadas em cada vez maior percentagem pelas receitas próprias da Região—79,7% em 1997, 82,8% em 1998, 86,6% em 1999 e 88,9% no ano 2000.

Neste contexto, em que grande parte dos números apresentados são já históricos, isto é, já se efectivaram, e os restantes apresentam uma elevada probabilidade de se virem a concretizar, dizer-se, como eu já ouvi por mais de uma vez, que este Governo está a levar a Região para níveis de endividamento superiores aos do passado, constitui uma afirmação inqualificável mesmo se dita por ignorância.

É que, para além do mais, está a esquecer-se, propositadamente, que este Governo conseguiu diminuir o stock da dívida pública da Região em 110 M., com a transferência da sua titularidade para a responsabilidade do Governo da República, e que conseguiu, também, duplicar o valor das transferências do Orçamento de Estado, o que veio aumentar, substancialmente, o grau de autonomia financeira da Região.

Tudo isto, aliado à forma prudente como este Governo tem sabido gerir as finanças públicas regionais, levou a que os Açores sejam hoje uma Região altamente conceituada nos mercados financeiros nacionais e internacionais, como o prova o facto de a Agência Internacional ter passado a avaliação do risco da Região para créditos de médio e longo prazos de uma notação de A2 em 1996 para uma

"apreciação positiva" em 1997 e, finalmente, para a notação de A1 no corrente ano de 1998.

Em consequência, é com muita satisfação que podemos aqui hoje anunciar que conseguimos negociar com uma instituição de crédito internacional, um empréstimo de 12 Mc (59,6 milhões de ECUS) para financiamento do défice orçamental inicialmente previsto para o corrente ano, em condições ainda mais vantajosas do que as do ano passado que, por sua vez, já haviam sido as melhores até então conseguidas. Conseguimos agora obter, para um empréstimo "bullet" a 7 anos, uma taxa de juros, postecipada, inferior em 5 pontos base à taxa de referência (actual PIBOR a 1 ano, a ser convertida na EURIBOR logo após a adesão do EURO como moeda única da U.E. em 1 de Janeiro do próximo ano).

Ainda uma referência mais para assinalar que na ausência da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que assegurou para a Região um muito maior volume de transferências do O.E. e possibilitou o saneamento das suas finanças públicas, teríamos hoje um quadro de financiamento orçamental deste quadriénio 1997/2000 radicalmente diferente. Assim, para assegurar os mesmos níveis de investimento e de despesas de funcionamento, seria necessário recorrer a 105 M.c. de endividamento, o que elevaria o stock da dívida da Região no final do ano 2000 para 237,7 M.c..

Seria um montante verdadeiramente incomportável, que, por certo, inviabilizaria a concretização dos volumes de investimento que este Governo agora vai conseguir.

Estariamos, quase com toda a certeza, a atravessar uma crise financeira e de recessão económica muito pior do que aquela que se esboçou nos Açores nos anos 92/93 e que só foi superada porque se aumentou para limites muito superiores aos inicialmente

previstos no P.M.P. daquele período, o volume da despesa pública, nomeadamente do investimento, por contrapartida de um muito maior endividamento da Região.

Solidariedade e corresponsabilidade eram palavras pouco utilizadas naquela altura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os fundos comunitários constituem, a seguir às nossas receitas próprias e transferências da O.E., uma importante parte do financiamento do nosso desenvolvimento, pelo que é com a maior atenção que estamos a acompanhar todo o processo de negociação dos montantes a atribuir a cada um daqueles fundos e à sua própria regulamentação. Contamos, assim, obter o máximo de benefícios para a nossa Região e evitar que as alterações dos critérios de repartição e de funcionamento que estão em discussão no âmbito da Agenda 2000 nos venham a afectar negativamente.

Na realidade, se é inquestionável que os Açores serão enquadrados no novo Objectivo 1, o que nos beneficia na atribuição de verbas dos fundos comunitários, também é certo que o facto de o desemprego passar a ser critério relevante na atribuição desses mesmos fundos, terá de merecer a nossa especial atenção já que, actualmente, se vive na Região uma situação de quase pleno emprego. A última taxa de desemprego conhecido é de apenas 3,7%.

A salvaguarda da especificidade da Região no âmbito da P.A.C. e das ajudas específicas integram, também o conjunto de preocupações que temos transmitido às autoridades nacionais e comunitárias, no quadro das negociações da Agenda 2000.

Neste contexto, o Governo não deixará de tirar o máximo partido possível da recente inclusão no texto do Tratado da União Europeia de um artigo relativo à condição de ultraperiféricidade dos Açores, facto que constitui o reconhecimento por parte das instâncias comunitárias de que a Região tem condições específicas que justificam uma atenção e um tratamento especial.

Com este mesmo sentimento de importância e de prioridade, temos, também, vindo a negociar com as instâncias nacionais e comunitárias o reforço e a reprogramação do actual II Q.C.A., sendo com muita satisfação que registamos que nos dois anos da nossa governação conseguimos já para a Região um reforço de 26,9 M.c. de fundos comunitários assim repartidos:

- reforço extraordinário das calamidades 1996/97	5,0 M.c.
- II reprogramação do PEDRAA II	10,0 M.c.
- IV reprogramação do PEDRAA II	3,6 M.c.
- Reforço extraordinário sismo 9 de Julho	8,3 M.c.
Total	26,9 M.c.

Este reforço de fundos comunitários permitiu-nos encarar com alguma tranquilidade os elevados prejuízos causados pelas calamidades, ao mesmo tempo que nos possibilitou manter elevados níveis de investimento, única forma de reduzir o grande fosso que ainda nos separa das médias de desenvolvimento nacional e comunitário.

No que se refere ao Plano para 1999, cujo valor de investimento ascende a 53,3 M.c., verifica-se um acréscimo de 27,8% relativamente ao Plano de 1998.

Este valor está fortemente afectado, como é óbvio, pelo Programa de Calamidades que absorve 13,9 M.c. dos quais 8,9 M.c. dizem respeito ao Sismo de 9 de Julho, passado.

De referir como aspecto relevante deste Plano, o grande relevo que é concedido à estrutura empresarial regional pelos apoios directos e indirectos a ela atribuídos, que correspondem a cerca de 23% do Plano para o próximo ano, não considerando aqui o Programa das Calamidades.

Neste âmbito o Plano considera em termos de apoios indirectos 5,2 M.c. no que respeita a Estruturas de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas, essencialmente Redes de Matadouros por Programa II e de Estruturas de Apoio às Pescas e Portos de Pesca - Programa V.

No que diz respeito à Promoção de Produtos Regionais, o investimento público que beneficiará directamente os empresários regionais ascende a mais de 800 M.c. distribuídos pelos Programas VII - Promoção do Turismo e Programa X - Desenvolvimento e Comércio de Exportação.

No que concerne ainda, às actividades do sector primário, o Governo vai investir em Apoios às Empresas, Associações e Cooperativas Agrícolas - Programa I, Diversificação da Produção Agrícola - Programa III e na Modernização das Pescas - Programa VI, mais de 2,5 M.c..

Finalmente, no que concerne aos Apoios Directos ao Investimento Privado - Sistemas de Incentivos, o Governo Regional afecta ao Turismo 982 M.c. e à Indústria, Comércio e Serviços 1,3 M.c.. No que respeita ainda, às Autarquias Locais as verbas

inscritas no Plano de 1999, registam um acréscimo de 22,3%, relativamente ao inscrito em 1998.

A cooperação financeira com os Municípios passou de 320 para 420 M.c., ou seja mais 31,25%. A cooperação técnica aumentou de 20 para 25 M.c. mais 25% e a cooperação financeira com as Juntas de Freguesia passou de 75 M.c. para 85 M.c., ou seja mais 13%.

De referir ainda, o grande esforço que foi posto na obtenção de uma maior desagregação espacial do investimento programado para 1999. A percentagem de despesa de investimento não desagregada é agora de 20,2%, enquanto no Plano de 1998 era 27,5%.

Para a manutenção destes elevados níveis de investimento, muito tem contribuído, também, a grande contenção e rigor que este governo tem vindo a assumir nas despesas de funcionamento que, no orçamento para 1999 que agora estamos a apreciar, apresenta, mesmo, uma taxa de crescimento nominal negativa (-0,01%).

Na perspectiva da classificação económica da despesa, apenas dois agrupamentos apresentam crescimentos - Despesas com Pessoal e Transferências Correntes. Em todos os restantes agrupamentos económicos prevêem-se decréscimos, relativamente às dotações revistas do corrente ano.

As despesas com pessoal apresentam um crescimento da ordem dos 5,4%, que resulta de um crescimento previsto das tabelas salariais de cerca de 2,5 % e de um crescimento que se prevê se situe próximo dos 3 % decorrente das progressões automáticas e de ajustamentos nas diversas carreiras da função pública.

As transferências correntes, por seu turno, contemplam um aumento de 3,8 %e decorre, fundamentalmente, do facto de se destinarem, na sua quase totalidade, ao financiamento das despesas de funcionamento dos diversos fundos e serviços autónomos, que incluem, naturalmente, despesas com pessoal, mormente no caso do Serviço Regional de Saúde.

De registar, ainda, que nas despesas com pessoal é precisamente a rubrica que é mais controlável pelo Governo Regional que tem a menor taxa de crescimento: "Abonos variáveis ou eventuais com 0,73%. As outras duas rubricas - "Remunerações Certas e Permanentes" e " Segurança Social" - sofrem aumentos de 5,32% e 7,5%, respectivamente, taxas de crescimento estas que, face às negociações que ainda decorrem no âmbito de algumas carreiras específicas, poderão vir a revelar-se ainda insuficientes ao longo do ano.

No que respeita às receitas efectivas orçamentadas para 1999, elas foram determinadas de acordo com critérios de razoabilidade e de prudência, tendo em vista, sobretudo, a apresentação de estimativas concretizáveis.

Assim, no que se refere às receitas fiscais que constituem a principal fonte de receita do nosso orçamento, as estimativas apresentadas resultam da aplicação de taxas de crescimento semelhantes às previstas a nível nacional. Este critério afigura-se-nos adequado uma vez que, nestes últimos dois anos, se tem verificado uma enorme coincidência entre o orçamentado e o efectivado neste domínio das receitas fiscais.

Saliente-se que o crescimento que se verifica no total das receitas fiscais é de apenas 5,37%, e é reflexo já do impacto das reduções fiscais contidas nas propostas que foram apresentadas pelo Governo ao nível do IRS.

Como adiante se verá, esta estimativa de receita de IRS terá ainda que ser revista, em baixa.

No que se refere às transferências do Orçamento de Estado, o ano de 1999 será o primeiro ano em que vai funcionar o Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, previsto no Artº 31º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ao qual foi atribuída a verba de 5,8 M.c..

As transferências previstas no Artº 30º da Lei acabada de referir foi por sua vez calculada tendo por base a transferência do corrente ano de 1998, corrigida pela taxa de crescimento da despesa pública corrente constante do Orçamento do Estado para 1999, e que foi de 5,7%. (na proposta de orçamento que agora estamos a apresentar a taxa de crescimento das despesas correntes em 1999 é de apenas 1,14%).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estas, em traços necessariamente muito gerais, as principais linhas de força e o enquadramento das proposta de Orçamento e de Plano a Médio Prazo e para 1999 que o Governo Regional apresentou a esta Assembleia em Outubro passado.

Sucedem, porém, que posteriormente àquela data, diversos acontecimentos ocorreram que alteraram alguns dos pressupostos em que assentou a elaboração daquelas propostas, nomeadamente do equilíbrio orçamental então alcançado.

Assim, como forma de repôr o equilíbrio orçamental desta nossa proposta de orçamento impõem-se a introdução de algumas alterações que serão apresentadas na altura própria, mas que, aqui, já as explicitarei.

Uma destas alterações prende-se com os atrasos que se estão a verificar nas transferências de Fundos Comunitários para a Região, atrasos estes que justificaram já uma alteração ao orçamento do corrente ano, e que agora, irão implicar um reforço das verbas a receber no próximo ano de montante semelhante.

Outra alteração decorre de diligências entretanto já efectuadas junto do Governo da República no sentido de se conseguir uma transferência extraordinária destinada ao financiamento das muitas calamidades que nos têm afectado, em particular do sismo de 9 de Julho passado.

Estas duas alterações asseguram a coerência necessária, em termos de limite de endividamento, entre esta proposta do Governo e o Orçamento de Estado, recentemente aprovado na Assembleia da República.

Assim, reposto o equilíbrio orçamental, torna-se ainda necessário considerar outras alterações decorrentes de legislação entretanto aprovada por este Parlamento, designadamente em matéria fiscal e de apoio às actividades físicas e desportivas, as quais implicam, respectivamente uma redução de receita de IRS e um aumento de despesa no plano.

Estas alterações serão, também, oportunamente apresentadas a este Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As propostas de Plano e de Orçamento que aqui apresentamos são exequíveis, são adequadas às nossas realidades e concretizam os objectivos de desenvolvimento que pretendemos para os Açores.

É, pois, com optimismo e com confiança que encaramos o futuro.

Podemos e queremos vencer, esta batalha do desenvolvimento. E vamos vencer!!!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Há pouco não fiz menção aos tempos globais que tinham sido acordados na Conferência de Líderes, fá-lo-ei agora:

- Governo e os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Social Democrata têm 5 horas cada;
- Partido Popular tem 1 hora e 30 minutos;
- Partido Comunista tem 1 hora.

As intervenções finais são contadas à parte e são:

- 15 minutos para o Governo, Partido Socialista e Partido Social Democrata;
- 10 minutos para o Partido Popular;
- 8 minutos para o Partido Comunista.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, a sua intervenção suscita-me uma série de questões, mas penso que algumas já foram objecto de debates em discussões de Planos e Orçamentos anteriores e, portanto, prescindiria de fazer alguns reparos quanto às suas comparações a preços correntes e a preços constantes de Planos a Médio Prazo actuais e anteriores e de níveis de endividamento e de investimento,

porque penso que já há exaustão e essas questões foram esclarecidas em debates anteriores e ficou demonstrado que, com excepção das verbas para as calamidades, infelizmente para todos nós, a verdade é que as coisas não são assim tão diferentes e, infelizmente, o nível de endividamento persiste apesar de termos como enquadramento legal uma Lei de Finanças Regionais que deveria conduzir a uma situação de equilíbrio. Mas também sobre isso, já por diversas ocasiões, tivemos oportunidade de falar e de demonstrar que, infelizmente, a Lei de Finanças Regionais, embora se tenha ganho com ela alguma coisa está longe de resolver o problema e mais uma vez aqui estamos perante um documento que, efectivamente, propõe a esta Assembleia um endividamento de 15 milhões de contos para fazer fase ao déficit orçamental.

E aqui começava a minha intervenção.

É que esta Assembleia não tem outro documento que não seja um documento que apresente um déficit de 15 milhões de contos.

As alterações a esse documento já deveriam estar entregues a esta Assembleia. Estamos a discutir uma questão virtual. Estamos a discutir um Plano e um Orçamento que vai ficar na História dos Açores, por falta de credibilidade. Passa-se da demagogia discursiva à demagogia financeira. Já não bastava anunciar-se intenções, agora orçamentam-se intenções. Não há, portanto, qualquer suporte legal nesta Assembleia que documente as afirmações que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer quanto à cobertura do déficit desta Região.

Presidente: Sra. Deputada tem mais um minuto.

A Oradora: Sr. Presidente, muito obrigado.

Portanto, em breves palavras e em síntese, passa-se de 15 milhões de dívida para 5 milhões que eram de 98, mas afinal passaram para 99. Empolam-se os fundos comunitários de 99, quando toda a gente percebe que é impossível no último ano do Quadro Comunitário de Apoio duplicar os fundos recebidos no ano anterior, ou ficar na expectativa de receber. Eu chamo um salto em frente empolando as transferências do Estado, chamando-lhe agora uma transferência extraordinária sem qualquer suporte documental, mais uma vez. Se tudo isto fosse assim tão simples, eu pergunto: Por que é que o Governo propôs este endividamento, quando não tinha a certeza de que ia obter esta autorização por parte do Governo da República?

Por que é que o Governo a semana passada pediu o adiamento da discussão do Plano e Orçamento, se afinal tudo ficou na mesma?

Temos um documento que envergonha o Governo pelo irrealismo das suas propostas. Espero, Sr. Secretário, que daqui a um ano tudo isto não se confirme.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pôr, e de acordo com a intervenção do Sr. Secretário, dois pedidos de esclarecimento.

O primeiro é referente à última parte da intervenção do Sr. Secretário, em que ele alude à redução que implica a legislação fiscal aprovada no último plenário e ao aumento de despesa que implica também o Decreto Legislativo Regional "Apoio ao Desporto". Afirmou: "as alterações serão oportunamente apresentadas". Gostaria, se

fosse possível, que o Sr. Secretário explicasse, da melhor forma, em que se baseiam essas alterações e como vão ser superados esses aspectos.

A segunda questão é relativa a um dado que apresenta. Diz que o Plano para 1999 é orçado em 53,3 milhões de contos, dos quais 13 milhões de contos para calamidades, ou seja, aproximadamente 25% do Plano é dedicado às calamidades.

A minha preocupação é a seguinte: ao fazer-se esta programação teve-se em conta a possibilidade de execução relativamente a estas matérias?

Isto é uma preocupação, e penso que legítima, porque efectivamente estamos a lidar não só com os negócios do Estado e da Região, digamos assim, mas a lidar também com as pessoas, com contrapartidas das próprias pessoas, e com infraestruturas que foram destruídas. Temos também experiências do que são as próprias calamidades.

Presidente: Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: As calamidades que nos atingiram e que já estão a ser superadas desde à dois anos, refiro-me por exemplo às pontes das Flores, a aspectos relacionados com a Ribeira Quente, etc.. Esta preocupação tem por base a capacidade de execução.

A pergunta que faço é: acreditam efectivamente que haverá possibilidade em 1999 de se conseguir uma capacidade de execução total em relação ao orçamentado?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ninguém imaginaria que no primeiro ano de implementação da Lei das Finanças Regionais, tivéssemos, na Região Autónoma dos Açores, perante um Governo que

teve necessidade de solicitar à Assembleia o adiamento, por cerca de um mês, da análise e apreciação das propostas de Plano e Orçamento, aguardando a aprovação do Orçamento do Estado, e hoje no primeiro dia da apreciação das propostas, acaba o Sr. Secretário Regional das Finanças nos dizer a todos, como ainda temos mais 48 horas, que as alterações que todos nós aguardávamos que o Governo aqui fizesse, serão oportunamente apresentadas.

Sr. Secretário, o Sr. frustrou-nos a todos, o Sr. não respondeu minimamente a quem aguardava que hoje tivéssemos aqui documentos equilibrados, que o Governo Regional tivesse a solução para os problemas que criou. V. Exa. refere que há um esforço por parte do Governo para ainda obter do Governo da República uma transferência extraordinária para a Região Autónoma. Mas isto é pela porta da frente ou pela porta do cavalo?

É que era importante, Sr. Presidente, que o Orçamento do Estado que foi aprovado recentemente, contemplasse essa transferência.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não sei porquê? O Sr. já aprovou um Plano.

O Orador: Porque estamos na análise de um documento que tem que se apresentar aqui, formalmente equilibrado, e não com base em eventuais negócios que possam vir a ser feitos entre o Governo da Região e o Governo da República. E por uma razão muito simples: é que, como vamos ter oportunidade de demonstrar o Governo da República, não concorda com essa proposta de Orçamento do Governo Regional. Se o Governo da República e o Sr. Eng^o. Guterres concordassem com a proposta de Orçamento aqui apresentada, não vos tinha negado 10 milhões de contos, dos 15

milhões de contos que os Srs. pediram ao Estado. Portanto, como vamos aqui demonstrar, infelizmente para a Região, e ao contrário da imagem que o Primeiro-Ministro de Portugal tinha relativamente à sua sensibilidade pela Autonomia e pelas questões da Região Autónoma dos Açores, o Sr. Primeiro-Ministro certamente mudou de posição porque desta vez....

Presidente: Sr. Deputado o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Termina, já Sr. Presidente.

... o Sr. Primeiro-Ministro não foi minimamente sensível aos problemas desta Região e a prova é que este Governo apresenta-se hoje aqui com um buraco orçamental de 10 milhões de contos, e oxalá que nos convença durante as 48 horas que faltam, de que tem formas de resolver esse problema.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): O Sr. vive noutra planeta!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Eu vou tentar ser muito breve nas respostas, porquanto, como disse o Deputado Alvarino Pinheiro, ainda temos 48 horas e o tempo do Governo também é escasso e ainda há muitas intervenções a fazer. Algumas destas questões até poderão ser escalpelizadas mais em pormenor aquando das intervenções sectoriais, nomeadamente esta que me pôs o Sr. Deputado Paulo Valadão, e creio que também o

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quanto à capacidade de execução do que está programado para 1999.

Ela existe e a história destes últimos dois anos já provou que este Governo cumpre com aquilo que se compromete. Tem sempre taxas de execução no final do ano a rondar os 90%, como vai acontecer este ano e como sucedeu o ano passado. Portanto, tudo o que está programado vai ser cumprido. A dificuldade que este Governo tem é de fazer cortes no Orçamento. Aí, tem sinceras dificuldades, ou graves dificuldades, e são intermináveis, às vezes, as discussões internas, isto não é segredo, que nós próprios temos para, enfim, reduzir algumas dotações que são afectadas a alguns programas e que são todas urgentes. Há sempre toda a vontade de as executar, e aí sim, é que há dificuldades em fazer cortes, não é em fazer costura. Portanto, tudo o que está aqui programado vai ser executado com as taxas de execução que os Srs. Deputados já estão habituados que este Governo faça.

Deputado José Maria Bairos (PSD): É só música!

O Orador: Quanto à orçamentação de intenções, que é uma preocupação constante, quer ao PP, quer ao PSD, nas intervenções que foram feitas pelo Deputado Alvarino Pinheiro e pela Deputada Berta Cabral, pois é, efectivamente, um orçamento, como tal não há certezas num orçamento, há previsões. Há uma previsão de recebimento de receitas, há uma previsão de recebimento de fundos comunitários, há uma previsão de recebimento de transferências e também há uma previsão de despesas. As despesas não podem ultrapassar aquele limite que está ali previsto. As receitas podem ser inferiores ou superiores. Já houve um caso em que elas foram superiores. **Presidente:** Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: A última alteração orçamental que este Governo apresentou a esta Assembleia tinha também uma alteração. O objectivo de aumentar uma transferência do Orçamento do Estado para a Região, que inicialmente tinha sido prevista de montante inferior, mas que também foi fruto de negociações feitas por este Governo e o Governo da República, se conseguiu aumentar este volume de transferências em virtude da alteração da fórmula prevista na Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Foi um conceito do PIDDAC que alterou e que motivou um acréscimo de transferência de 891 mil contos, porque nós aprovámos como sendo um acréscimo de receita. Nós também vamos conseguir um acréscimo de receita em 1999. Já encetamos negociações nesse sentido e vamos conseguir. De maneira, o equilíbrio orçamental que aqui for aprovado nas próximas 48 horas, vai ser assegurado com as propostas que não é o Governo que as vai fazer, porque não pode, mas o Grupo Parlamentar na altura oportuna as fará.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente alguns cidadãos desta Região estão a ver através da televisão este início de debate e quero crer que muitos deles ao ouvir o discurso do Sr. Secretário ter-se-ão perdido no meio de tanto número e de tanta percentagem. Tudo em alta, tudo cor-de-rosa. E no meio desta alta em que estamos, ouvi o Sr. Secretário falar em desafogo financeiro e dizer qualquer coisa como isto: é que este Orçamento e este Plano são

possíveis porque a Região vive em desafogo financeiro. E interrogava-me: mas como é isto possível se há pouco mais de quinze dias nós, nesta Assembleia, aprovámos à pressa um orçamento suplementar, a fim de que, à pressa também, fosse contraído um empréstimo de mais 5 milhões de contos?

Ouvi dizer que, apesar das calamidades, apesar do sismo, esta Região continua a viver em desafogo financeiro e até grande parte dos estragos causados pelo sismo vão ser cobertos, em termos de reparações, por fundos estruturais. Gostaria de saber essa grande parte de fundos estruturais, quanto é? E ao mesmo tempo quanto é que são os estragos das calamidades, para ver se de facto é uma grande parte. Depois, se o desafogo financeiro é tão grande e vem de longe, quão longe a duração deste governo socialista. Se é assim tão grande, como é que o Governo previa um endividamento para 1999 de mais 15 milhões de contos? Que desafogo financeiro é este Sr. Secretário?

Presidente: Dispõe de mais um minuto.

O Orador: Duplicam-se, disse o Sr. Secretário, o valor das transferências do Estado. Tudo isto, duplicação de transferências do Estado, mais problemas do sismo e das calamidades, mais empréstimos. Como é que tudo isto se coaduna com esse desafogo financeiro que o Sr. quase no início da sua intervenção afirmou ser um estado quase de graça em que este Governo vive e conseqüentemente esta Região?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para constar que afinal quem se perdeu foi o Sr. Deputado Manuel Azevedo, não foram os ouvintes, que certamente perceberam e compreenderam tudo o que eu disse. O desafogo financeiro existe e eles demonstram a saciedade nos números que eu apresentei.

Quanto à quantificação das calamidades, Sr. Deputado, basta consultar o Plano que foi distribuído oportunamente e o Sr. Deputado constatará que, por intervenção directa deste Governo, directa porque os estragos são muito superiores a estes que aqui estão quantificados e que vão ser feitos, são 32,2 milhões de contos Sr. Deputado.

No programa para 1999 estão previstos 13,9 milhões de contos. Portanto, isto é muito e é praticamente idêntico ao volume de endividamento que o Sr. Deputado constata que são os 15,4 e agora já não são 15,4, porque já disse que, na sequência da alteração orçamental que foi aprovada na última sessão, agora vai haver uma contrapartida que vai aumentar, efectivamente, os fundos comunitários a entrar em 1999, porque os atrasos não são virtuais, são reais. São fundos que não entraram na Região em 1998 e que vão entrar em 1999. Vão entrar Sr. Presidente e Srs. Deputados e ao longo do ano veremos como as previsões do Governo se concretizam. É uma questão de paciência e também de alguma confiança nas pessoas, Sr. Deputado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): E quanto é que são os fundos para o sismo?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral e Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Falaram na Lei de Finanças Regionais e disseram que ela não era muito boa, pelo menos não era aquilo que ela pensava. Permitam-me, sendo eu do Grupo de Trabalho da Lei de Finanças Regionais, a tenha que defender sem ela tão pouco precisar. Isto é assim: sem a Lei de Finanças, o próprio Sr. Secretário disse naquela tribuna, há pouco tempo que "nós tínhamos uma crise financeira, neste momento, por causa do endividamento, pois nessa altura o endividamento seria da ordem dos 105 milhões de contos em termos de PMP 1997/2000, mais 133 milhões, o que somaria 238 milhões de contos no ano 2000. Mas não é só isso, não foi só isso, digamos, a assunção da dívida de 110 milhões de contos que a Lei de Finanças Regionais permitiu. A Lei das Finanças Regionais, esquecem-se V.Exas., permitiu aqui há um mês fazer aquilo que vocês fizeram, que foi reduzir excessivamente, mas reduzir os impostos na Região, fazendo com que o Plano agora tivesse, e o Governo tivesse que arranjar, sabe-se lá como, mais 1,7 milhões de contos. Mas esta lei, além de permitir a redução fiscal, além de permitir a assunção da dívida, permite, sem sombra de dúvida, um desafogo financeiro para esta Região que se vê num aumento significativo das transferências do Orçamento do Estado.

Esquecem-se V. Exas. que em 1996 as transferências do Orçamento do Estado andavam à volta dos 15 milhões de contos e o que está no Orçamento entregue nesta Assembleia são 31 milhões de contos. Com os 5 milhões de contos anunciados pelo Sr. Secretário já são 36 milhões de contos, isto é mais do dobro. Em dois anos. E

dizem-me que esta lei não cumpriu a sua função. Enquadrar financeiramente a Região. Por amor de Deus! O que eu acho é que vocês criticam o Governo...

Presidente: Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

... por uma lei que ele conseguiu, que é, sem sombra de dúvidas, como diz o Sr. Presidente do Governo Regional, a lei mais importante da Autonomia, porque a enquadrou financeiramente, de facto, e permitiu tendencialmente elaborar orçamentos sem o recurso sistemático ao crédito, o que permitiu ainda, como disse também o Sr. Secretário, naquela tribuna, que este Plano de 53,3 milhões de contos seja apenas financiado por 5 milhões de contos de endividamento. Portanto, deixem de criticar o Governo naquilo que ele sabe fazer tão bem, que é capacidade de influência junto do Governo da República para conquistar mais transferências para os Açores, para que os Açores se desenvolvam, coisa que vocês não souberam fazer.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por dizer ao Sr. Deputado Elavai que a proposta que nós estamos a discutir e que é apresentada pelo Governo, apresenta um endividamento da ordem dos 15,4 milhões de contos. Portanto, é o próprio Governo que propôs os 15,4 milhões de contos, e essa sua refutação e esse seu esclarecimento...

Deputado Augusto Elavai (PS): O Sr. Secretário é que deu!

O Orador: ... que veio dar agora no final, julgo que não tem razão de ser, porque a proposta foi do Governo. E só não são 15,4 milhões de contos, porque o Governo não conseguiu obter junto do Governo da República esse endividamento. Por isso mesmo é que já teve necessidade de há um mês atrás recorrer aqui, a uma situação de engenharia financeira e que permanentemente está a fazer nova engenharia financeira até que vai chegar ao ano 2000, e quando lá chegar é que nós vamos ver quais vão ser as necessidades de financiamento do ano 2000 e qual vai ser a taxa de execução do ano 2000.

Deputado João Cunha (PSD): E qual vai ser o endividamento!

O Orador: Sobre essa matéria gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional das Finanças que vão atingir uma taxa de execução de 90%. Ótimo, mas não se esqueça que, relativamente, à altura em que foi criticado o Governo, de baixas taxas de execução, os Srs. já resolveram como pedir autorização a esta Assembleia para contrair mais um empréstimo de 5 milhões de contos, ou seja, quando se disse que a taxa de execução é baixa, inclusivamente se disse que dificilmente conseguiriam atingir taxas melhores, e uma das razões que se questionava era justamente se não haveria falta de dinheiro já na altura, e foi dito que não. Nada disso, os pagamentos estão em dia, os empreiteiros estão satisfeitos,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E estão!

Deputado José Maria Bairos (PSD): As Câmaras estão muito satisfeitas!

O Orador: ... toda a gente recebe em dia, mas a verdade é que havia o buraco de 5 milhões de contos. Ora bem, a engenharia já foi demonstrada na última sessão,...

Presidente: Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... mas não queria deixar aqui de referir como é que os fundos europeus tem sido arrecadados. Em 1997 tinha 16,8 milhões de contos nos fundos comunitários. Foram arrecadados 10,6 milhões de contos e ficaram 6,2 por arrecadar. Em 1998 tinha 17,7 milhões de contos, com a alteração proposta no mês passado ficou em 12,15 milhões de contos. Agora propõe-se para 1999 21,8 milhões de contos, praticamente o dobro daquilo que, na melhor das hipóteses, será arrecadado este ano. A pergunta é esta que eu faço muito claramente, Sr. Secretário Regional: bem sei que há provisões e é possível as provisões terem desvios maiores ou menores, mas face o histórico passado de 1997, 1998 que na melhor das hipóteses terá uma taxa de arrecadação das verbas comunitárias de 67%, o Sr. Secretário Regional acredita que é possível atingir o montante de transferências dos fundos comunitários de quase 22 milhões de contos?

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Para o ano, em 1999?

Presidente: Não tenho mais nenhum pedido de esclarecimento. O Sr. Secretário Regional pretende prestar esclarecimentos? Tem a palavra.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que acredito sim senhor.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Peço o favor aos Grupos Parlamentares para fazerem chegar à Mesa as inscrições para as suas intervenções.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Numa conjuntura altamente favorável, de grande estabilidade macro económica decorrente como é sabido de uma política económica consistente que levou ao cumprimento dos critérios de convergência e que conduziu Portugal a entrada na união económica e monetária é fundamental que se saiba aproveitar todas as oportunidades para promover o progresso e o desenvolvimento sustentado da Região. As gerações futuras não perdoarão aqueles que prosseguindo uma política de conformismo, de visão imediatista, privilegiando as acções populares de curto prazo em detrimento de opções estratégicas, não souberem ou deliberadamente não quiserem, (o que ainda é mais grave), aproveitar as oportunidades que se lhes deparam para relançar a economia desta região em termos auto sustentados.

Definir políticas e programar acções adequadas à realização das reformas estruturais que se impõem, desintervir em diversos sectores da economia, apelar a iniciativa privada, assegurar a criação de emprego e a auto sustentação do desenvolvimento económico são objectivos que não tem tradução nos planos e orçamento em apreciação

Tal como nos anos anteriores os documentos espelham tão só um somatório de obras dando continuidade a um ciclo de betão que se esperava ultrapassado.

Reconhecemos a necessidade de recuperar o que foi destruído e de conservar o que existe, mas não se pode perder de vista que os recursos são escassos e que a "revitalização do sistema da economia empresarial regional", definida nos documentos como uma das grandes linhas de orientação estratégica, não se

compadece com a falta de acções concretas para revitalizar a indústria e o comércio e com a falta de estratégia para sectores unanimemente considerados de grande potencial de crescimento como e o caso do turismo.

E necessário ter a coragem de assumir uma política, porventura menos popular no curto prazo, mas seguramente mais consistente no médio e longo prazo que aposte na criação de riqueza e na criação de emprego sustentado e isso só é possível através dos sectores produtivos.

Estamos perante um Plano a Médio Prazo que excluindo as verbas destinadas a recuperação dos estragos provocados pelo sismo, sofre um decréscimo de 6.8 milhões de contos relativamente ao apresentado no ano anterior, destacando-se entre as rubricas que sofreram maior redução o "desenvolvimento do turismo" com menos 1.400 mil contos e "desenvolvimento das infraestruturas educacionais" com menos 4200 mil contos.

E caso para perguntar onde está a "paixão" pela educação e a aposta forte no turismo tão difundidas no programa eleitoral do actual governo?

E se para além desta análise tivermos em conta que o mesmo Plano dedica apenas cerca de 9% dos seus recursos a sectores tão importantes como o turismo, a indústria, o comércio e o apoio à iniciativa privada ligada a estes sectores, então não restam duvidas que a dinamização da actividade económica para este governo é de uma miragem.

Na agricultura, prometeu-se 40 milhões de contos em campanha eleitoral, seis meses depois, em Maio de 1997, propôs-se 27 milhões, cinco meses depois, em Outubro do mesmo ano, propôs-se 26 milhões e agora propõe-se-se 24 milhões de contos.

Nas pescas, promete-se apoiar a modernização do sector e entre o PMP apresentado ha um ano e o actual reduz-se as verbas em quase meio milhão de contos.

No turismo, considerado o sector de maior potencial, assiste-se igualmente a já citada redução de 1.414 mil contos.

No comércio, na indústria e no sistema complementar de incentivos estão destinados verbas que representam respectivamente 0,6%, 0,5% e 2,8% do valor total do plano de médio prazo.

Os números são, só por si, suficientemente elucidativos e revelam a importância que este documento dispensa aos sectores , ou seja à pouca importância que este documento dispensa aos sectores produtivos e ao cumprimento dos objectivos de desenvolvimento económico candidamente fixados no programa do governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um documento em tudo idêntico aos anteriormente apresentados, com a agravante de, excepção feita às verbas para a reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo, dispor de menores recursos financeiros.

As mesmas insuficiências, as mesmas omissões, a mesma vontade de agradar a todos, a mesma falta de determinação para assumir prioridades, o mesmo " faz de conta".

A própria Câmara do Comércio e Indústria dos Açores no parecer que emitiu e relativamente ao Plano para 1999, espelha bem a monotonia e a desilusão que lhe causam este documento, ao afirmar que "reitera as apreciações feitas aos documentos dos anos anteriores, uma vez que não se regista qualquer alteração na estratégia de desenvolvimento sócio-económico da Região...mantém-se, na generalidade, um desajustamento entre os princípios e os objectivos que o governo regional se propõe

alcançar e a correspondente afectação de recursos financeiros para a sua concretização,..."

Mais afirma, em jeito de quem não quer ferir susceptibilidades, ter obtido do governo o compromisso de minimizar esta situação e de tornar o Plano mais consentâneo com os interesses e necessidades das actividades económicas dos sectores secundário e terciário.

Esta afirmação pressupõe naturalmente alterações ao Plano.

Deputado Élio Valadão (PS): Não senhora!

O Orador: Onde estão essas propostas de alteração ao Plano que transformam o Plano em maior consentâneo que os sectores que defende a Câmara do Comércio?

Como se traduz esse compromisso no Orçamento da Região?

Mais uma vez o virtual a sobrepor-se ao real.

Mais uma vez o diálogo inconsequente e o malabarismo discursivo como arma de defesa.

O Plano para 1999 é um documento sem credibilidade, onde é notória a falta de rigor e de transparência.

Sem falta de credibilidade porque não estão assegurados os recursos financeiros para a sua execução.

Pouco rigoroso porque as acções não se encontram devidamente dotadas sendo fácil concluir que os recursos disponíveis não permitem a sua concretização.

Pouco transparente porque as verbas não desagregadas atingem quase 11 milhões de contos, ou seja mais de 20% do plano de investimentos deixando ao governo uma enorme margem de manobra para utilizar discricionariamente essas verbas sem que

os eleitos pelo povo de cada uma das ilhas tenha a possibilidade de fiscalizar a sua correcta aplicação.

Estamos perante um avultado montante que, sem prejuízo de outras alternativas viáveis, poderá com facilidade dar resposta a quebra adicional de receita resultante da adaptação fiscal.

Basta para tanto uma redução de 10.2% nesta rubrica sem que se penalize o investimento previsto para cada ilha da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela primeira vez o Governo da Republica recusou à Região o nível de endividamento por esta proposto.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não faz falta!

O Orador: Inaugura-se uma nova era em que a Região mesmo respeitando os limites de endividamento previstos na lei de Finanças para as Regiões Autónomas, foi inibida de apresentar na Assembleia da Republica uma proposta de aumento de endividamento consentânea com a proposta de Orçamento da RAA para 1999 apresentado a esta Assembleia.

É a "Autonomia cooperativa" a degenerar a passos largos para a "Autonomia conformista" como alguém já apelidou a esta nova ordem de relacionamento entre Lisboa e os Açores, onde a satisfação das justas aspirações dos Açorianos não são vistas com um direito (o direito a um nível de vida equiparado aos nossos concidadãos continentais e europeus), mas antes como favores feitos numa lógica de solidariedade partidária ao sabor das conveniências e da conjuntura política.

O Orçamento para 1999 apresentado a esta Assembleia pelo Governo Regional e as alterações que lhe foram introduzidas através de sucessivos malabarismos financeiros mal disfarçados, a começar pelo orçamento rectificativo de 1998, configuram uma situação confrangedora e profundamente ridícula.

Uma situação que faria corar de vergonha qualquer aprendiz de político.

Foi-nos proposto um orçamento em que a autorização de endividamento de 15,4 milhões de contos é convertida compulsivamente em 5 milhões, em que um montante de fundos comunitários de 16.240 mil contos é empolado de forma irrealista para 21 milhões, em que se afirma, sem qualquer suporte documental e sem a respectiva tradução no Orçamento de Estado que as transferências da Republica serão aumentadas extraordinariamente.

Recorde-se que em 1997 a Região recebeu apenas 10.7 milhões de contos de fundos comunitários quando esperava receber 15 e que em 1998 dos 17 milhões de contos previstos já se sabe que pelo menos 5 não vão chegar.

Perante este cenário eu pergunto: alguém acredita que em 1999, ultimo ano do actual QCA, em que é necessário proceder à regularização dos adiantamentos já efectuados por conta dos projectos em curso, a Região possa vir a receber o dobro dos fundos previstos para 1997?

E óbvio que não!

Desde uma autorização de endividamento para 1998 em vez de 1999 obrigando o governo regional a manobras contabilistas pouco transparentes, até à aprovação de um limite de endividamento inferior em 50% ao necessário, em nenhuma ocasião a

Região liderou o processo limitando-se a ser conduzida no sentido que mais convinha ao Governo da Republica.

E esta reflexão sobre o que se passou com a cobertura do déficit para 1999, leva-nos inevitavelmente a reeditar aquilo que já diversas vezes observamos sobre a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

É uma lei que esta longe de corresponder às necessidades de financiamento e de desenvolvimento convergente da Região.

Ganhou-se alguma coisa mas não se resolveu o problema.

Não foi necessário esperar muito tempo para o tempo nos dar razão.

Naquilo em que é objectiva a lei é insuficiente, naquilo em que é subjectiva não esta a ser cumprida, obrigando a que se mantenha um sistema de negociação anual, penalizador para a Região e pouco transparente.

Senão vejamos:

Onde se encontra contabilizada neste orçamento a receita gerada na Região e liquidada fora dela?

Qual o seu montante? Quais os critérios que presidiram ao seu apuramento?

Quais os projectos de interesse comum cofinanciados ao abrigo do artigo 7º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas? Qual o Decreto-Lei que fixa as suas condições de financiamento, conforme prevê o nº2 do mesmo artigo?

Onde estão as transferências do Estado para acudir a "situações imprevistas resultantes de catástrofes naturais", como foi o caso dos temporais e do sismo, a que temos direito e a que nos termos do nº4 do artigo 5º da mesma Lei de Finanças das Regiões Autónomas está previsto?

São tudo questões que se tivessem sido objecto de uma formulação objectiva da lei, não nos deixariam agora numa situação de difícil solução.

Impõe-se-se, por isso começar a preparar a revisão da Lei que nos termos do seu artigo 46º devera ocorrer até ao ano 2000.

Até prova em contrário a capitação dos impostos sobre o rendimento, à semelhança do que se passa com o IVA desde 1987, continua a ser a solução mais justa e a mais equilibrada para definir o nível de transferências para a Região e a adaptação fiscal veio evidenciar o interesse e o valor dessa solução.

Não sendo possível este cenário por falta de compreensão do Governo da Republica, então há que evitar que os investimentos previstos no PIDDAC influenciem negativamente a formula de transferências para a Região, pois além de ser uma variável que não controlamos induz um duplo efeito negativo, influenciando por um lado o volume de transferências e por outro o fundo de coesão.

O PSD apresentou, entre outras, estas propostas na Assembleia da República quando da discussão da referida LFR, as quais foram rejeitadas com os votos do PS Açores. Esperemos que da próxima vez haja mais humildade democrática e se ponha o interesse dos Açores acima das disputas político-partidárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao orçamento corrente, a par do decréscimo dos encargos com a dívida publica regional decorrente da assunção parcial desta por parte do Governo da República mantém-se, à semelhança dos anos anteriores, uma tendência incontrolável para o aumento das despesas com pessoal, registando nesta rubrica um crescimento de 5.4%, muito acima da inflação esperada.

Aliás a este facto não é alheio a circunstância de o peso da Administração Pública na distribuição sectorial do emprego ter passado de 12.6% em 1996 para 14.1% em 1997. (Fonte SREA, inquérito ao emprego, pagina 19 PMP)

Também as transferências correntes, cuja principal componente é a dotação para o Serviço Regional de Saúde apresentam um crescimento superior à inflação, de 3.8%, revelando novamente uma enorme incapacidade para controlar os custos num sector que em 3 anos aumentou 18%, sem que se reconheça melhorias sensíveis dos serviços prestados.

Por outro lado, e no que diz respeito à receita, assiste-se a alguma discrepância entre os valores estimados pelo Ministério das Finanças e os do Governo Regional.

Com efeito, e de acordo com dados fornecidos pelo Ministro das Finanças, os valores de IRS e de IRC previstos para a Região são de 18.823 mil contos e de 3.597 mil contos respectivamente, os quais deduzidos do valor decorrente da adaptação fiscal integral, ou seja 3 milhões de contos se apresentam ainda superiores em 1,5 milhões de contos relativamente aos inscritos no ORAA.

Quererá esta diferença dizer que a estimativa destes impostos efectuada pelo Governo Regional já tiveram em conta a mais do que previsível necessidade de acomodar uma redução fiscal superior à apresentada pelo governo?

E bem provável.

De qualquer forma o que importa é que ao contrário do que fez o Governo Regional, que não conseguiu tirar partido de todas as potencialidades da Lei de Finanças Regionais na sua vertente financeira, como o prova este orçamento, o PSD e o PP aprovou uma adaptação fiscal que dentro dos limites que a lei nos confere concorrera

para uma melhoria efectiva das condições de vida dos açoreanos, especialmente da classe média, e promovera a consolidação do tecido empresarial regional.

Por muito que custe ao Governo e ao PS foi o PSD e o PP quem propôs e aprovou a redução fiscal nos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do PS e Governo)

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Isso nunca mais esquece!

A Oradora: O que nos distingue do Governo nesta matéria é que assumimos como princípio uma economia mais liberal e um sector público menos intervencionista. Impõe-se deixar mais rendimento nas mãos dos particulares e estimular o funcionamento do mercado em vez de ser o Estado a exercer de forma crescente a função redistributiva do rendimento.

A opção é pois pela progressiva redução da pressão fiscal, permitindo, por essa via, um aumento do consumo e do investimento por parte das famílias e das empresas, induzindo um maior incremento na actividade económica.

Importa agora compensar, por outra via, aqueles que devido aos seus poucos rendimentos não são abrangidos por estas medidas de natureza fiscal.

Recomendamos por isso ao Governo que o faça com a máxima celeridade, para que mais uma vez não se venha a lamentar de o Parlamento fazer aquilo que o Governo não sabe ou não quer fazer.

O PSD nunca ficara indiferente às oportunidades que surjam para melhorar a vida dos seus concidadãos.

O PSD tem responsabilidades nesta Região que não enjeita. Tem uma forte implantação na sociedade açoreana, como o prova o poder local, constitui uma alternativa de poder séria e credível, é um partido responsável que pondera todas as decisões que toma como se amanhã voltasse a ser governo.

Embora não concordando estruturalmente com os documentos em apreciação e com a ressalva de que estes não são seguramente os Planos e o Orçamento do PSD, entendemos que o Governo devera dispor dos instrumentos que propôs para cumprir sem desculpas o seu mandato.

Prezamos a estabilidade política e não daremos oportunidade ao Governo para não governar.

Os Açorianos sabem que podem contar connosco.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e PP)

Deputado João Cunha (PSD): Esta intervenção deixou muita gente incomodada!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Após a aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que entrou em vigor a 1 de Janeiro do corrente ano de 1998 esperava-se naturalmente que este Orçamento

para 1999 já apresentasse o modelo financeiro requerido para a nossa Região em sintonia também com os compromissos assumidos no Programa deste VII Governo.

Esta expectativa era tanto legítima quanto para o corrente ano de 1998 se havia argumentado que muitos dos efeitos da Lei das Finanças Regionais ainda não eram visíveis atendendo a que nos encontrávamos numa fase transitória do seu primeiro ano de aplicação parcial.

Porém o que é que constatamos?

Que o Governo Regional exactamente no primeiro ano de plena aplicação da Lei das Finanças Regionais se vê na obrigação de solicitar o adiamento da análise do Orçamento e do Plano para 99, já que não conseguiu articular o Orçamento Regional com o Orçamento de Estado no que respeita à autorização para o montante dos empréstimos a realizar.

Trata-se pois de um preocupante fracasso no relacionamento entre a Região e o Estado com reflexo no cumprimento dos princípios consagrados na própria Lei das Finanças Regionais.

Na verdade o artigo 9º. da referida Lei prevê um Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras para assegurar uma mais correcta articulação entre as Finanças da Região e do Estado. Para o efeito cabe ao Conselho analisar as políticas orçamentais regionais e a sua articulação com os objectivos da política nacional sem prejuízo da Autonomia financeira regional, bem como das necessidades de funcionamento e da política de endividamento regional.

Sr. Presidente: Nada disto funcionou.

O Governo Socialista de António Guterres fez letra morta da bondade da lei e não atendeu aos desejos do Governo Regional e às necessidades de financiamento da Região e à sua política de endividamento. Nada disto funcionou Sr. Presidente.

A proposta de Orçamento do Governo Regional propõe um endividamento de 15 milhões de contos e o Orçamento de Estado só lhe faculta autorização para 5 milhões de contos.

Estamos perante uma profunda divergência dos Socialistas da República em relação à política orçamental dos Socialistas nos Açores.

Mas é bem pior o facto de se constatar que a quebra de solidariedade do Governo da República para com a Região Autónoma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discordância do Governo da República pela política de endividamento do Governo Regional teria outra consistência se os socialistas a nível nacional tivessem cumprido com a Lei das Finanças Regionais em todas as suas vertentes.

Infelizmente, para os Açores, tal não aconteceu.

Como é sabido, uma das principais causas do déficit orçamental da Região tem a ver com o financiamento da reconstrução nas Ilhas do Faial e do Pico.

Ora, exactamente o artigo 5º da Lei das Finanças Regionais, no âmbito da cooperação entre o Estado e as Regiões Autónomas, estabelece no número 4 que a solidariedade nacional vincula ainda o Estado a apoiar as Regiões Autónomas em situações imprevistas resultantes de catástrofes naturais e para as quais estas não disponham dos necessários meios financeiros.

No Plano 99 prevê-se 8,3 milhões de contos para gastos com a reconstrução, num conjunto de 13,9 milhões de contos com calamidades.

Segundo a Proposta de Orçamento Regional, como transferências de capital para esse efeito, apenas se prevê 5 milhões de contos provenientes da União Europeia.

Quer isto significar que a reconstrução tem um déficit de financiamento de 3,3 milhões de contos e que, se considerarmos o conjunto das calamidades, o déficit é de 8,9 milhões de contos.

É bom de ver que das palavrinhas bonitas das visitas de circunstância do Eng^o. Guterres, na hora da desgraça, até à efectiva concretização das ajudas orçamentais, fica a letra morta da solidariedade nacional, constante na lei.

Esta é a triste realidade.

O Governo Socialista de Guterres não apoiou convenientemente a Região nas catástrofes naturais, e atira o Governo Regional Socialista para o endividamento.

Como se isso não bastasse, logo de seguida, nega autorização de endividamento ao Governo de Carlos César, não aceitando conceder 10 milhões de contos dos 15 milhões solicitados.

Já verificamos que o Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras não funcionou ao não fazer uma correcta articulação entre as Finanças Regionais e o Estado.

Já verificámos também que a solidariedade nacional não funcionou convenientemente no apoio às catástrofes.

Já verificámos também que a solidariedade política não existiu na autorização dos limites de endividamento solicitados ao Estado pelo Governo Regional.

Porém, a Lei das Finanças Regionais, contém mais dois mecanismos de apoio financeiro ao desenvolvimento da nossa Região.

Um deles obriga o Estado, no âmbito da solidariedade nacional, a co-financiar os projectos de interesse comum levados a cabo na Região.

Nessa perspectiva cabe aqui perguntar:

- Quais os projectos objecto deste financiamento nos Açores em 1999?
- Qual o montante global de financiamento do Estado à Região ao abrigo destes Projectos?

Outro instrumento que poderia ter grande alcance para contribuir no sentido da convergência económica entre a Região e o restante território nacional é o Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas.

Foi aqui anunciada, por essa via, a Região obtém em 99, felizmente, pela primeira vez 5,8 milhões de contos.

Importava Sr. Presidente, Srs. Deputados que nos fosse dado conta de forma explícita dos programas e projectos de investimento que são objecto deste financiamento.

Sr. Presidente, Srs Deputados:

Neste primeiro ano de plena aplicação da Lei das Finanças Regionais a mesma não funcionou em todas as suas potencialidades e o Governo da Republica além de ter prejudicado o interesse regional veio colocar o Governo em enormes dificuldades financeiras.

Assim:

O Governo da Republica não transferiu para o Governo Regional tudo o que devia, atirando a Região para o endividamento.

Depois, como se isso não bastasse, não satisfaz a autorização de 1/3 do endividamento solicitado.

Por outras palavras, é óbvio que o Governo da República não está solidário politicamente com o nível de despesa proposto pelo Governo Regional, nem tão pouco com a política orçamental por este desenvolvida.

Vejamos o que esta acontecendo ao nível do endividamento.

Quando o actual Governo Regional assumiu funções a dívida directa da Região, em 31 de Dezembro de 96, era de 127,6 milhões de contos, conforme o Tribunal de Contas, estando o Estado a assumir 50 % dos encargos com a dívida.

De acordo com a Lei das Finanças Regionais o Estado amortiza ou assume 110 milhões de contos da dívida da Região, durante 98 e 99, pelo que a dívida directa efectivamente herdada com correspondência a 1996 praticamente desapareceu, pois, se situa nos 17,6 milhões de contos.

Convém, entretanto ter presente o endividamento galopante que tem sido concretizado pelas propostas do Governo Regional dos Açores.

18,5 milhões de contos em 1997

17 milhões de contos em 1998

Pretendia agora 15,4 milhões em 1999

Isto é, após três anos de gestão do Governo Regional do PS teremos um endividamento acrescido de 50 milhões de contos, o que não deixa de traduzir uma inoportável e galopante taxa do endividamento, muito superior ao que vinha ocorrendo nos anos anteriores.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Foram 20 anos!

O Orador: Será que este nível de desequilíbrio das Finanças Regionais é compatível com os princípios enumerados na Lei das Finanças Regionais e no Programa do VII Governo Regional aprovado por esta Assembleia?

Ao nível da Lei das Finanças Regionais fixa-se como princípio que a autonomia financeira das Regiões deve prosseguir a realização do equilíbrio sustentável das finanças públicas e o desenvolvimento das suas economias.

Ora se a política orçamental do Governo Regional do PS tem uma característica ela é exactamente a de não prosseguir a realização do equilíbrio sustentável das finanças públicas.

Aliás o Programa deste Governo, tinha como principais linhas de força da sua estratégia uma política orçamental estável e sustentável e uma perspectiva de redução da intervenção da Administração Pública na economia, que, como é bem de ver e bom de ver, têm falhado redondamente.

De resto, na política orçamental desenvolvida no programa do VII Governo este comprometia-se a reorientar as prioridades de despesa na Administração Pública tendo por princípio a sua redução, por forma a libertar mais recursos para o investimento.

O grau de compromisso numa política orçamental sustentável a prosseguir foi ao ponto de o Programa do Governo Regional fixar o objectivo de eliminar o défice primário. Já todos nos esquecemos disso. Já ninguém se lembra disso.

Lamentavelmente a realidade deste Orçamento para 1999 é bem diferente.

Se é verdade que assistimos a um crescimento significativo das propostas de investimento do Plano, por outro lado, não se verifica qualquer inversão na política de despesas correntes, antes pelo contrário, Sr. Secretário Regional das Finanças.

Se o ano de 1997 foi considerado naturalmente, como período de transição, já os dois seguintes não podem beneficiar desse estatuto.

O nível global de crescimento das despesas correntes continua incompatível com os objectivos atrás enunciados.

Se tivermos em conta que em 1997 os gastos com despesas correntes, excluindo os encargos da dívida, atingiram 64 milhões de contos, o valor proposto para 1999, também excluído, dos encargos com a dívida, apontam para 74,4 milhões de contos, o que para traduz uma perspectiva de crescimento das despesas correntes de 16,25 %, no espaço de apenas 2 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabemos como são os números, o Sr. Secretário apresentou aqui números que lhe são de feição, mas Sr. Presidente fixemo-nos nos que aqui aponte, não é lícito comparar o crescimento quando num determinado ano se tinha encargos com a dívida e agora não se tem, felizmente.

Temos que expurgar os encargos da dívida dos valores, das despesas com as despesas correntes. O único dado objectivo que temos é o dado 97, é objectivo, foram 64 milhões e este Governo propõe 74,4 milhões dois anos depois. Portanto, é um crescimento 16,25% para que o Governo Socialista aqui aponta. Quanto a isso julgo que é demasiado objectivo, demasiado claro para se pôr em causa.

É demasiado, é inoportável. Não traduz nenhuma mudança de política na contenção de despesa pública, nem aponta para a racionalização da Administração, nem visa a diminuição do peso do Estado na economia.

Neste domínio, estamos perante uma mera evolução na continuidade, muitas vezes para pior.

Aplicando a mesma comparação entre as despesas com pessoal efectivamente feitas em 1997, 33,4 milhões de contos e o que agora se propõe para 1999, 37,9 milhões de contos, verifica-se que o crescimento proposto em 2 anos nos gastos com pessoal é de 13,7%, o que também revela algum descontrole nesse domínio, e vem demonstrar de nada serviu o Governo Regional ter dito que havia cumprido com a redução em 15% nos cargos de chefia, conforme o PP havia feito incluir no Orçamento de 97, se na prática não usou controlar os gastos gerais com pessoal.

Aliás, durante o 1.º semestre de 98, comparado com igual período de 97, as despesas com pessoal cresceram 6,7 %. O que está de resto na linha do que aqui demonstramos que prevê-se em dois anos um crescimento de 13,7%.

Sr. Presidente, Srs Deputados:

É de assinalar positivamente que as despesas com a aquisição de bens e serviços têm tido uma evolução adequada, com crescimentos nulos, o que revela uma efectiva contenção nesse domínio. E nalguns casos são excedentes negativos.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): A gente não quer despedir ninguém!

O Orador: Portanto, o Partido Popular, como sempre, louva e reconhece o que é positivo e aquilo que está sendo feito, e bem feito e não pode deixar de denunciar

com toda a objectividade aquilo que não corresponde nem aos compromissos, nem às promessas entretanto assumidas.

Este Orçamento além de se apresentar estruturalmente desequilibrado não contempla todas as consequências da adaptação fiscal à Região, recentemente aprovada nesta Assembleia, de acordo com as propostas do PSD e do PP.

O Governo mais uma vez revelou uma enorme imprudência ao conceber no Orçamento uma menor arrecadação de IRS, decorrente da redução da taxa deste imposto proposta pelo Governo Regional, caso não tenha concebido uma "almofada orçamental" para ocorrer à diferença entre a sua proposta e os projectos da oposição apresentados pelo PSD e pelo PP, que entretanto foram aqui aprovados.

Estamos perante uma matéria em que o estatuto do Governo minoritário sem apoio parlamentar não permite perspectivar como certos os valores da sua proposta numa matéria que é da exclusiva competência da Assembleia Legislativa Regional e sobre a qual o PSD e PP tinham propostas concertadas.

Incumbe, pois, ao Governo Regional corrigir e ajustar o seu orçamento à legislação já aprovada, pelos representantes da maioria do povo açoriano.

Não há lugar a dramatizações. O Governo Regional pela abundância de meios que possui e da reforma, relativamente simples e rápida como concebeu um encaixe da redução dos 2,2 milhões de contos num orçamento que é expencionista, naturalmente não terá grandes dificuldades em ter presente o encaixe adicional de 1,1 milhões de contos.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): *Desencaixe!*

O Orador: É o desencaixe! É simples, é natural e é isso que nós esperamos de um Governo que de resto está tentando mostrar uma grande habilidade para resolver um problema muito bem maior de 10 milhões de contos. Portanto quem resolve o de 10, resolve o de 1,1 com maior facilidade isso lhe reconhecemos.

Se este Orçamento fica marcado por traduzir o impacto da adaptação fiscal à Região torna-se indispensável que aqueles que não podem ver o seu rendimento compensado pela diminuição dos impostos estabelecidos pelo PSD e pelo PP possam ter também em 1999 uma justa compensação pelos custos da insularidade, nomeadamente todos aqueles que possuem rendimentos mais baixos que nem lhes permite pagar impostos ou o fazem simbolicamente.

O Governo Regional já garantiu a esta Assembleia que tinha uma solução estudada e que já possuía uma quantificação dos impactos da medida.

Importa por isso saber da solução e se a sua componente orçamental está devidamente acautelada na presente proposta.

Fazemos votos que até ao fim da discussão o Governo dê uma explicação a esta Assembleia e ao Povo dos Açores de quais são as medidas e quais são os impactos. Espero que não se tenham esquecido, porque se esqueceram este Parlamento certamente há-de estar à altura de lhes lembrar como resolver este problema.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia a discutir o Orçamento e Plano para 99 e o Plano a Médio Prazo para 99 e 2000.

É um debate importantíssimo, não só pelos documentos em si, mas também pelo tempo em que ocorre. Este debate surge no fim dum ano marcado por importantes vitórias do Governo Regional, por vitórias e conquistas históricas para a Região, que cada uma só por si, davam para marcar uma legislatura inteira, mas surge também, pelo lado da oposição, e devido sobretudo a essas vitórias, após um ano marcado pela intolerância.

É a oposição que temos.

Mas deixemos as tristezas, falemos das vitórias.

Foi este o ano da decisão, do facto histórico, da baixa das tarifas aéreas. Foi este ano, que este governo conseguiu que a SATA, a empresa de transportes aéreos açoriana, vencesse o concurso público, das rotas de Ponta Delgada com o Funchal, Porto e Lisboa.

Foi neste ano, que baixou o tarifário da Energia, por duas vezes, em cerca de 10%, prevendo-se que no fim do ano 2000, o preço da Energia seja igual em todo o País.

Foi neste ano também, que se verificaram as medidas estruturantes dos transportes marítimos, bem como a redução das taxas e custos portuários, que conjuntamente com a redução dos preços dos transportes visam melhorar a competitividade e o dinamismo da economia açoriana.

Foi neste ano ainda, que foi publicada, em 24 de Fevereiro, a Lei 13/98, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Lei mais importante da Autonomia, que faz o enquadramento financeiro da Região, que permitiu a adaptação do Sistema Fiscal, e a redução das taxas do IRS e do IRC, na Região.

Mas essa Lei permitiu mais, permitiu o aumento significativo das Transferências do Orçamento de Estado com o objectivo de elaborar orçamentos sem o recurso sistemático ao crédito, permitindo ao mesmo tempo o volume de investimentos necessários, que asseguram a convergência real das economias e a coesão económica e social do País.

Esta Lei é, quer se queira quer não, uma Lei que permite encarar o futuro da Região com outras perspectivas económico-financeiras. Perspectivas estas mais radiantes, desanuviando do horizonte as nuvens negras que teimavam em não desaparecer.

E isto só foi possível, nunca é demais repeti-lo, num novo modelo de autonomia desenvolvido pelo governo do PS, só foi possível num novo clima e numa nova forma de entendimento e diálogo com o Governo da República, clima este em que se dá particular ênfase à solidariedade institucional, à cooperação e à corresponsabilização, o que faz, pensamos nós, consolidar e aperfeiçoar cada vez mais a Autonomia Regional e vencer os desafios do Futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando este Governo tomou posse, a situação empresarial regional caracterizava-se pela descapitalização das empresas, por um investimento social paralisado e por uma evolução preocupante do desemprego.

Mas este governo prometeu e conseguiu tomar decisões para alterar este estado de coisas. A aprovação da LFRA, a convergência do tarifário eléctrico regional para o todo nacional, a redução das tarifas aéreas entre o Continente e os Açores e as modificações estruturantes nos transportes marítimos, são exemplos de medidas que vieram dar aos Açores uma nova esperança e que tiveram reflexos bem visíveis na actividade económica.

Vejamos alguns exemplos:

No Turismo, verificou-se um acréscimo dos fluxos para os Açores e entre as ilhas e foi aprovado o sistema mais favorável, até hoje, de incentivos ao investimento, tendo, o nº. de ofertas de camas na Região, tido um acréscimo superior a 300, por via de projectos concluídos ou em curso superiores a 2,5 milhões.

No sector Energético, ao contrário do que sempre acontecera, o Governo Regional manteve os preços da electricidade em 1997 e reduziu 10% este ano, na sequência de negociações coroadas de êxito com o Ministério da Economia que permitirão novas baixas de 10% em 1999 e 2000.

Visando favorecer a competitividade e o crescimento da nossa economia, o governo reduziu em cerca de 30% nestes dois anos as taxas e os custos portuários e injectou directamente no sector empresarial privado - no comércio, indústria e serviços - incentivos financeiros de perto de três milhões de contos.

No sector agro-industrial e alimentar, o Governo apostou na modernização industrial dos lacticínios e na Rede Regional de Abate.

Como consequência deste dinamismo económico, a criação de novos empregos, por conjugação dos investimentos público e privado, permitiu, no 1º. semestre deste ano,

uma diminuição de 20% do nº. de pessoas à procura de emprego e de acordo com os valores do SREA, uma diminuição para 3,7% da taxa de desemprego.

Em resumo: com a reestruturação do tecido empresarial da Região, efectuada nesta fase de recuperação da actividade económica, foi possível criar mais emprego e mais riqueza, desenvolver a actividade comercial e industrial e absorver cerca de 4% da população activa vinda da agricultura no sector terciário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs membros do Governo:

O Plano para 1999 contém, um volume de investimentos capaz de dar resposta positiva ao sentido da tendência já verificada, na economia regional, nos dois anos agora findos. Uma economia pujante, uma economia confiante, uma economia com perspectivas seguras de crescimento e de desenvolvimento.

Uma economia em que a confiança dos agentes económicos, quer das empresas quer das famílias, é, ao mesmo tempo, um dos factores mais visíveis do desenvolvimento da Região, e também aquele que mais irrita a oposição.

Tem este Plano três grandes objectivos:

1. Fomentar o investimento e a iniciativa privada;
2. Reforçar os sistemas de solidariedade social;
3. Recuperar os efeitos das intempéries e do sismo de Julho de 1998.

Para consubstanciar estes objectivos, é conferida especial importância aos instrumentos que apoiam e dinamizam o investimento privado e fortalecem as estruturas empresariais.

De facto o vector “Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo” cresce 16% em relação ao ano anterior. Se, por outro lado, verificarmos ao nível de

Programa podemos constatar que o Programa do “Desenvolvimento do Turismo”, cresce 20%, designadamente o seu projecto de Investimentos estratégicos.

Cresce, igualmente, 20% o Programa de Incentivos ao Turismo, cujas verbas são cerca de um milhão de contos.

Cresce 30% o Programa de "Incentivos Financeiros ao Investimento Privado" cujo montante é de 1,3 milhões de contos.

Por outro lado crescem cerca de 10% as verbas referentes ao Vector da “Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida”

Assim também ao nível dos equilíbrios sociais e do bem estar da população, prosseguirá o combate à pobreza e exclusão social, através dos mecanismos adequados e de uma política de formação e de emprego.

A normalização da vida regional, no que concerne ao esforço da recuperação dos efeitos das intempéries e do sismo de Julho de 1998, constituirá, também, prioridade deste Plano para 99, cujas verbas para este Vector, o Vector calamidades, superior a 13 milhões de contos, mais que duplicam de 1998 para 1999.

No entanto é preciso especificar e também salientar que quer os programas relativos à Indústria, quer os programas relativos ao Comércio, quer ainda os, já referidos, relativos ao Turismo crescem significativamente e a sua realização e execução normal será factor de desenvolvimento e crescimento da economia dos Açores, que o mesmo é dizer do desenvolvimento e crescimento da Região, fazendo com que seja assegurada a coesão económico-social e a convergência real das economias, quer relativamente ao país quer em relação à média europeia, convergência essa que se faz

concomitantemente com a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Turismo é uma actividade em franca expansão e aquela que tem maiores perspectivas de desenvolvimento.

A Política para o Turismo, deste Governo, reflecte-se em quatro grandes áreas de intervenção:

1. Uma promoção turística, no sentido do estímulo da procura pelo destino Açores, tanto no mercado nacional, como em mercados estrangeiros seleccionados, e da criação de novos produtos turísticos que visam a redução da sazonalidade.
2. Um investimento estratégico nas áreas das estruturas físicas de apoio ao desenvolvimento do Turismo e para a realização de acções de animação turística.
3. Informação e formação.
4. Incentivos ao Investimento privado.

O sector do Turismo apresenta-se assim como um dos sectores com mais potencialidades de desenvolvimento no contexto económico da Região, podendo vir a assumir um papel de relevo na sua diversificação e terciarização, dado os seus efeitos indirectos e induzidos sobre todo o tecido produtivo e o Emprego.

Prova disso são os projectos em marcha, designadamente na Terceira e S. Miguel, que farão crescer a oferta turística, tanto em quantidade como em qualidade fazendo com que o destino Açores possa competir e diversificar o produto turístico, uma vez que os espaços naturais, surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como destinos turísticos, propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao

lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de “único” e de “identidade de espaço” que vão rareando um pouco por esse mundo fora.

Assim a consolidação da imagem dos Açores como um destino turístico diversificado e de qualidade, diferenciado e competitivo pode ser alcançado desde que os recursos naturais sejam preservados, as políticas sectoriais articuladas, como estão a sê-lo, qualificados os recursos humanos, estimulada a criatividade e a iniciativa privada dos empreendedores do turismo e defendido o consumidor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este é um orçamento de contenção de despesas, e de expansão do investimento.

Deputado José Maria Bairos (PSD): 10 milhões de contos!

O Orador: Exceptuando as contas de ordem, que ainda assumem um valor considerável, o Orçamento da Região atinge os 130 milhões de contos, sendo 76,65 milhões de contos de despesas de funcionamento e 53,35 milhões de despesas de plano.

É o primeiro orçamento a reflectir o pleno funcionamento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e em que a consequência mais visível é o aumento das Transferências do Orçamento de Estado, que deverão exceder 36 milhões de contos, mais 11 milhões (ou seja 44%), do que o valor orçamentado em 1998. Com este acréscimo também se verifica o aumento do seu peso relativo na estrutura da Receita, passando de 21% para 27,7%.

Nas Receitas Fiscais destaca-se nos Impostos Directos, o IRS com 14 500 mil contos, menos 12,% do que o valor previsto para 1998 decorrente da redução da taxa deste

imposto prevista para 1999. O impacto da redução deste imposto deverá rondar os 3.500 milhares de contos, devido à redução fiscal aprovada por esta Assembleia.

O valor global das Transferências do O.E. para 1999 integra três componentes distintas: o montante resultante da aplicação da nova fórmula da Lei de Finanças Regionais, uma comparticipação extraordinária no âmbito das calamidades e, ainda o montante estimado para o pagamento integral das bonificações ao crédito à habitação.

Para os Fundos Comunitários estima-se que atinja os 22 milhões de contos, sendo 17 milhões de contos provenientes do PEDRAA, comparticipação do FEDER, e 5.000 milhares de contos destinados à recuperação dos estragos causados pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

De realçar o esforço feito por este Governo Regional que, como afirmou o Sr. Secretário das Finanças, conseguiu o financiamento do Plano, só com o recurso a 5 milhões de contos de Empréstimo, tal como autorizado pelo Orçamento de Estado.

É mais um exemplo da capacidade de influência, e também da credibilidade, que este Governo tem junto do Governo da República.

É um orçamento de contenção das despesas de funcionamento, mas de expansão das Despesas do Plano. De contenção das despesas de funcionamento, porque em relação ao último orçamento apresentam um crescimento nulo, ou melhor, até mesmo negativo (-0,01%). Aliás todas as rubricas das despesas de funcionamento decrescem, à excepção de duas: as despesas com pessoal e as transferências correntes.

As despesas com pessoal, quase metade do total das despesas de funcionamento, crescem a uma taxa de 5,4%. Esta evolução contém o aumento salarial da Função

Pública, cerca de 3%, previsto para o próximo ano, e os aumentos decorrentes das subidas de escalão e promoções dos funcionários. É difícil, por isso, para não dizer impossível, fazer crescer as Despesas com Pessoal a uma taxa inferior a 5%, a não ser com despedimentos de funcionários.

Também as despesas com a aquisição de bens e serviços correntes apresentam uma dotação ligeiramente inferior à do corrente ano. Este nível de crescimento é revelador da contenção orçamental prosseguida já que a dotação proposta traduz um decréscimo real destas despesas.

Quando a imagem dos Açores no exterior é de simpatia e, também de solidariedade pelas calamidades que aconteceram nesta Região, não podemos deixar de dar o exemplo e demonstrar que também nós estamos dispostos a fazer algum esforço financeiro e orçamental para fazer face à recuperação e reconstrução do que foi destruído.

Os encargos correntes da dívida diminuem significativamente derivado da assunção por parte do Governo da República de parte da dívida pública regional, ao abrigo do disposto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

As transferências correntes crescem 3,8%, e é o resultado das preocupações sociais e da regularização de situações anteriores. Trata-se da inclusão neste agrupamento económico das verbas destinadas a diversos organismos autónomos, incluindo o Serviço Regional de Saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não nos esqueçamos que estas políticas, estes compromissos, estas estratégias, consagradas no Plano e no Orçamento, foram maioritariamente sufragadas pelo Povo

dos Açores. Sendo assim o que há a fazer é verificar se a substância contida nestes documentos corresponde ao inscrito no programa de governo para quatro anos. Se a resposta for afirmativa, como é, então é lógico que estes documentos sejam aprovados para que assim se dê oportunidade de o governo cumprir com o que se comprometeu com o povo dos Açores.

O desenvolvimento dos Açores é um desafio que este Governo está a ganhar, contudo este governo tem também preocupações sociais e não se esquece que o progresso social tem que constituir a outra face do progresso económico.

Este governo não reduz a política a uma boa gestão das questões públicas e à organização da Administração.

Este governo cumpre a função mais nobre da política, que é resolver os problemas das populações, os problemas concretos dos cidadãos. Muitos milhares de açorianos acreditam cada vez mais neste Governo, e dão-lhe a confiança necessária para ele prosseguir na resolução dos seus problemas e no caminho do progresso e do desenvolvimento dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pede um intervalo regimental de 10 minutos. Portanto, estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 18.40 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 19.30 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A consciência democrática e autonómica dos Açorianos, fazem com que estes, cada vez mais valorizem a apreciação e discussão dos Planos e Orçamentos Regionais por forma a conhecerem as opções que se propõem e aprovam ou não aprovam, para o nosso futuro colectivo. Ou seja as pessoas hoje querem saber, com o rigor possível, qual o destino a dar ao dinheiro proveniente das suas contribuições e àquele que resulta da solidariedade do Estado e da União Europeia em que nos integramos.

O Plano é, assim, uma intenção de investimentos sectoriais, e a sua análise corresponde à avaliação das intenções que o Governo tem relativamente aos investimentos futuros e, deve fazer-se, tendo em conta os planos anteriores e as suas execuções, e os programas futuros considerando, sobretudo, as dotações que a cada um corresponde.

Nesta perspectiva, e pelo menos no que respeita à Ilha Terceira, a proposta de Plano para 99 não revela, a nosso ver, boa intenção de investimento por parte do Governo, e por três simples razões que assim se poderiam resumir:

- Ao contrário das preocupações que publicamente diz ter o Senhor Presidente do Governo com a Ilha Terceira, o investimento proposto é o mais baixo de sempre (11,2% do total do Plano) para a nossa Ilha. Nunca em tempo algum a Ilha Terceira teve uma tão baixa percentagem de investimento regional.

- A execução material dos planos anteriores na Ilha Terceira tem sido muito baixa e em alguns casos mesmo nula. Assim, a proposta de Plano para 99 reinscreve projectos cuja execução se tem arrastado no tempo e outros que, pura e simplesmente nem se iniciaram.

Para ilustrar o que afirmo cito-vos dois exemplos clamorosos de projectos que se arrastam no tempo e que por isso provocam sérios inconvenientes ao bem estar das populações e ao desenvolvimento da Ilha Terceira. A estrada Lajes- Santa Bárbara tinha uma dotação no Plano de 98 de 360 mil contos e executarem-se cerca de 4 Km, dos quarenta e poucos que há para fazer. Agora aparece no Plano de 99 apenas com 300 mil contos. Ninguém acredita que se gastaram 360 mil contos em 4 Km de estrada, até porque se assim fosse os 300 mil agora previstos viriam a mostrar-se absolutamente insuficientes para o prosseguimento dos trabalhos que nunca mais teriam fim. O que, certamente, se passou foi que a obra não andou ao ritmo desejável e parte do dinheiro, que se previa investir na Ilha Terceira e nesta estrada que serve uma parte tão significativa da sua população, foi parar a outro sítio qualquer. A construção da Marina de Angra, obra que este Governo assumiu a contragosto, anunciando há 2 anos a sua execução como inevitável em função do processo deixado pelo último Governo do PSD, já entrou no anedotário local tantas têm sido as caricatas situações que têm ocorrido. Com efeito, senhor Presidente e Senhores

Deputados, desde Directores Regionais a questionarem publicamente a opção do Governo de que fazem parte, a outros que dizem e desdizem sobre a viabilidade do financiamento comunitário da obra, a desmentidos de deputados regionais da minoria que suporta o Governo, sobre a eventual falta de financiamento para a execução dos trabalhos; à dúvida pública instalada sobre a qualidade da equipa e do trabalho arqueológico que realizou a custos que se desconhecem; à falta de prontidão na entrega de relatórios e de elementos para que a obra possa prosseguir, de tudo um pouco temos passado e assistido ao imobilismo deste Governo que tem como consequência a paralização de um investimento de inegável interesse para o desenvolvimento dos Açores, da Terceira e do Concelho de Angra do Heroísmo, em particular. Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se os que acabei de referir são projectos que se arrastam no tempo sem que com optimismo a população da Terceira possa vislumbrar o seu fim, outros existem que embora dotados no plano de 98 não conheceram qualquer execução material. Assim milhares de contos que deviam ter sido investidos no ano de 1998 na Ilha Terceira, ou foram desviados para outras paragens ou pura e simplesmente não se investiram. Nestes se inclui, por exemplo, o Centro de Saúde da Praia da Vitória que em 98 tinha uma dotação de 100 mil contos e nada se executou. O ordenamento da Baía de Angra dispunha de 50 mil contos e nada se executou. A nova Escola Secundaria de Angra tinha em 98 dotados 150 mil contos e a execução foi zero. Onde se gastaram os 125 mil contos que o Plano de 98 previa para a reparação e ampliação da Escola Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitoria? E os 50 mil contos que se previa dispender em 98 com as novas instalações da Biblioteca Pública de Angra onde foram gastos? E as escolas

do Porto Martins e Serra de São Tiago inscritas no Plano de 98 que para além de nada se ter executado, agora desapareceram do Plano de 1999?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mas mesmo assim, já tem 90% de execução!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Estes são exemplos de investimentos previstos para 98 não executados, e que por isso surgem de novo no Plano para 1999, curiosamente alguns até com dotações substancialmente reduzidas relativamente ao que inicialmente se previa dispender.

Finalmente, uma terceira razão faz com que duvidemos da boa intenção deste Governo em investir na Ilha Terceira. Esta prende-se não tanto com a natureza dos programas, dos projectos e das acções inscritos no Plano, mas sobretudo com o montante das respectivas dotações.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com efeito no Programa "Fomento Agrícola" e no que respeita aos caminhos agrícolas na Ilha Terceira vê baixar os investimentos que o Governo se propõe realizar em 99 relativamente ao ano que agora finda. Para investir nos portos de S. Mateus e Biscoitos o Plano de 99 prevê uma verba de 30 mil contos que nos parece claramente insuficiente para os trabalhos a realizar. A verba de 60 mil contos prevista igualmente para a reabilitação e repavimentação das estradas Silveira/S. Carlos/Cruz das Cinco, Estrada Regional da Serretinha e Estrada Regional 1 - Cruz das Cinco /Silveira além de ser manifestamente insuficiente para os trabalhos a realizar, não deixa de ter uma curiosidade que é a de se dotarem diferentes extensões de caminho com a mesma verba. Sabendo-se que cada um destes percursos terá uma extensão que

andar entre os 5 e os 7 Km e que, a reabilitação e repavimentação deste tipo de caminho a preços correntes rondara os 20 mil contos por Quilmetro, facilmente se conclui que a dotação que o plano prevê para a execução dos trabalhos não dará sequer para metade da obra.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo,  legitimo concluir que o Governo prevê as acções para aparentemente satisfazer as populações que as reeivindicam e delas carecem, mas  partida não fez tensão de as executar já que para elas não assegura o necessário financiamento.

Apenas mais duas questões que considero graves lacunas na presente proposta de Plano de 99 no que respeita à Ilha Terceira gostaria de deixar  consideração do Governo:

1. questão - No compromisso eleitoral que assumiu com os Terceirenses o Partido Socialista escreveu o seguinte:

-"Construir o matadouro industrial da Terceira e implementar uma política de certificação da carne produzida na Ilha. Tal medida será assumida como uma das grandes prioridades da Terceira."

Ora, quanto  certificação da carne não se conhecem medidas tomadas pelo Governo no sentido de se atingir o objectivo proposto, e menos ainda se conhecem os seus esperados efeitos. Quanto ao matadouro são agora, no inicio do terceiro ano deste Governo aparece uma dotação de 190 mil contos. Se esta era uma prioridade do PS local foi-o apenas em tempo de campanha eleitoral, porque não acreditamos que com este calendário e com estas dotações seja possível à Terceira dispor de um novo Matadouro Industrial no decurso da presente legislatura.

2^a. questão - No mesmo compromisso eleitoral para com os Terceirenses escrevia-se então:

- "Resolver de forma definitiva os problemas de armazenamento de combustíveis líquidos e gasosos na Terceira."

Presidente do Governo (*Carlos César*): É preciso ter lata!

O Orador: Mais uma vez e até agora, nada foi feito para dar cumprimento a esta promessa eleitoral. Anunciam-se medidas, fala-se em estudos, geram-se até algumas polémicas sobre esta matéria, mas a verdade é que, em concreto, nada de novo aconteceu. Não vislumbramos, de resto, na presente proposta de Plano alguma situação de investimento que prossiga o objectivo enunciado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Por estas razões que nem o tempo possibilitaria e outras que aqui trouxesse, a proposta de Plano deste Governo para 1999 não é, na nossa perspectiva, boa para os Açores e menos ainda para a Ilha Terceira.

Com efeito as execuções anteriores são baixas ou mesmo nulas. Transitam projectos de ano para ano uns sem se iniciarem, outros sem se concluírem. Procura-se aparentemente satisfazer todas as solicitações, criando projectos sem que se lhes confira as necessárias dotações. Adia-se o futuro. Faz-se crer que se vai fazer muito para depois se concretizar pouco ou nada. Ficam por cumprir aqueles que eram os compromissos eleitorais prioritários. Esta é, todavia, a opção deste Governo que competirá ao Povo a seu tempo julgar.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado João Greves)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De facto, nós estamos convencidos que o povo a seu tempo irá compreender. E irá, de facto, dar a razão a quem a tem.

Eu tenho na minha intervenção que proferirei, quando a altura chegar, algumas ideias não muito consentâneas com aquelas que o Sr. Deputado Joaquim Ponte apresentou nesta sala. Mas pegando nalgumas das razões que ele invoca, eu queria apenas referir que, para que ele encontrasse a percentagem de investimento na Ilha Terceira, que encontrou, teve que somar na globalidade as verbas de calamidades que são, como se sabe, colocadas à disposição apenas de algumas ilhas, e que no meu entender, como já aqui uma vez foi referido na discussão do Plano anterior, até por uma questão de solidariedade, até por todos os princípios e mais alguns, não devem entrar neste tipo de contabilidade, quando se procura encontrar as verbas de investimento para cada ilha. Caso contrário nós não teríamos, de facto, explicação para isso. Eu recuso-me a fazer balanços, a fazer planificações baseadas nas verbas das calamidades. Ora, se nós tirarmos as verbas das calamidades, a Ilha Terceira tem 14,6% da verba do Plano destinada a investimento. Isso significa que é muito mais do que no âmbito de 1995, em que o Governo de então investiu, de facto, contabilizando todas as verbas regionais, 11,5% e no ano de 1996, onde o investimento foi também de 13,5%.

Não tenho aqui de memória, tenho algures escrito, a quanto rondou o investimento de 95, com esta percentagem de 11,30%, porque o investimento, de facto, situou-se na casa pouco mais dos 7%. Esta razão está aqui claramente desmistificada.

Quanto à estrada Lajes-Santa Bárbara, um dos temas que o Sr. aqui abordou, eu queria dizer-lhe que, pela primeira vez, o Governo do PSD falou nesta obra e prometeu a reparação dela em 89,...

Deputado João Cunha (PSD): Há 10 anos!

O Orador: ... foi incluída pela primeira vez no PMP de 89/92. Já uma vez fiz aqui uma espécie de inventário onde coloquei exactamente os termos em que essa estrada foi tratada até essa altura. Mas cumpre aqui dizer que em 8 anos foram asfaltados 8,1 Km de caminho naquela estrada e que nestes dois anos foram pavimentados 23,6 km dessa mesma estrada.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, é para terminar, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Logo agora que eu vou no princípio da estrada.

(Risos e aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem que chegar ao fim.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Decerto, vamos ter talvez ocasião neste Plenário de voltar ao tema. Queria apenas concluir que da estrada Lajes-Santa Bárbara e eu se fosse deputado do PSD e tivesse passado todo este percurso, nunca falaria nela neste Plenário.

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ninguém melhor do que qualquer terceirense conhece os valores da solidariedade relativamente às calamidades, quando elas, infelizmente, ocorrem nesta Região. Não é minha intenção pôr minimamente em causa ou em dúvida os valores que o Governo no seu Plano dota, para aqueles que, infelizmente, hoje a desgraça lhes bateu à porta, tal como algum tempo atrás bateu à porta de nós terceirenses com grande intensidade e que todos aqui conhecem e recordam. Por conseguinte, esta questão está afastada, mas não quero deixar aqui de referir que nessa altura, quando os Governos eram do PSD, sempre se disse que, a par dos trabalhos de reconstrução, a par da solidariedade que era necessário haver com os sinistrados da Ilha Terceira, quando ela foi afectada, era necessário que a Região prosseguisse o seu investimento e não houvesse quebra nas percentagens de investimento nas restantes ilhas da Região e foi isso que aconteceu Sr. Deputado. O que está agora a acontecer não é isso e foi por isso que eu aqui referi que a percentagem de investimento este ano na Ilha Terceira é a mais

baixa de sempre. É aquela que nunca aconteceu em nenhuma outra altura da governação dos Açores, em tempos de democracia pós 25 de Abril.

Relativamente à estrada Lajes-Santa Bárbara, Sr. Deputado, falo nessa estrada, porque tal como o Sr. Deputado e os restantes Deputados eleitos pela Ilha Terceira e espero que todos os Deputados desta Câmara, me preocupo com as condições de vida da população da nossa ilha e nós fomos eleitos foi para isso mesmo. Aquilo que os Governos anteriores do PSD fizeram ou não fizeram na estrada, Sr. Deputado, hoje a mim já pouco me interessa.

Presidente do Governo (*Carlos César*): Pois claro!

O Orador: O que me interessa é que esta estrada está há dois anos à responsabilidade dos Srs. para a construirem. Serve uma população, muito importante que o Sr. Deputado conhece, e esta estrada no ano que passou, neste ano que ainda decorre, avançou cerca de 4 Km.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Os Governos do PSD levaram 8 anos para construir menos!

O Orador: E 4 Km num ano é muito pouco, convenhamos, para uma estrada que aquela população carece. Mesmo que, Sr. Deputado, erros de projecto houvesse, pois já o ouvi referir, dois anos, quase três parecem-me mais que suficientes para que esses erros tivessem concluídos e a dotação financeira existia. Se ela não avançou, ou foi por incompetência do Governo, ou foi por incompetência do empreiteiro. Alguma razão existiu para que 360 mil contos, na ilha Terceira, durante um ano só, possibilitassem que fossem construídos 4 Km de estrada.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Ponte:

Voltou a insistir na percentagem. Sobre isso eu penso que já tinha explicado, mas se for necessário ir mais atrás para sabermos as magnas diferenças que fazem dos 14,6 que consta do plano de investimento para a Ilha Terceira para 1999. Nós temos aqui diferenças que a principiar no ano de 1996, estão nos 13,5, no ano de 1995, 11,30 e em 1994, 14,6, exactamente igual a este ano e 15,9 em 1993. Como se vê Sr. Deputado, as diferenças do tempo em que os Senhores eram responsáveis não eram assim de tal forma acentuadas que merecessem qualquer tipo de reparo aqui neste lugar. E já que o Sr. Deputado Joaquim Ponte evocou preocupar-se tanto com a população daquela área, quero aqui deixar um reparo, Sr. Deputado, exactamente durante essa altura o Sr. era o responsável pelo PSD na ilha Terceira, o Sr. tinha interferência decerto nos trabalhos que se executavam naquela ilha, e olhe que na Praia da Vitória, aquela cidade que sofreu na carne, durante 10 anos, todas as consequências negativas no plano económico, nomeadamente e concretamente o seu comércio, que sentiu que todas as estradas que ligam as freguesias do concelho da Praia a Angra, pelo mato, devidamente asfaltadas, e manter-se no tempo e nos anos aquela estrada como chegou lastimosamente à época em que principiou a ser

reparada, de facto, Sr. Deputado Joaquim Ponte, eu não só me calaria como, se tivesse tido essas responsabilidades anteriores, pedia aos outros colegas que nem falassem nisso.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu não estou isento de responsabilidades e a minha responsabilidade de dirigente partidário na Ilha Terceira, no tempo que o Sr. Deputado Francisco Oliveira referiu, eu assumo-a com todo o gosto e não tenho qualquer espécie de problema em falar nesta ou em outra qualquer estrada, em qualquer parte da ilha Terceira. De resto, devo dizer, Sr. Deputado, que só abonará em favor daquilo que pude fazer enquanto fui dirigente do meu partido na Ilha Terceira. O facto dessa estrada ter começado precisamente pelo concelho que estava mais sacrificado, o concelho da Praia da Vitória, pela freguesia das Lajes, foi isso que se fez, e foi devido às pressões também, e à prioridade que aquela ilha tinha e ao empenho do Governo na altura, que a obra se iniciou e percorreu o espaço que percorreu. Portanto, Sr. Deputado Francisco Oliveira escusa vir para aqui com tempos antigos da minha responsabilidade partidária, porque eu assumo-os com todo o gosto. De resto, vou-lhe contar uma história, se me permitem mais um minuto, que serve para si e serve para outros seus companheiros de partido e membros do Governo:

Eu tenho um amigo meu que à uns anos atrás foi ao Vietname e nessa visita ele reparou que havia muitos investimentos americanos, o que o surpreendeu. A certa altura quando apanhou lá um vietnamita, mais a jeito, perguntou-lhe:

- Como é que vocês, depois de tudo aquilo que se passou, têm tanto investimento americano aqui?

E o vietnamita na altura respondeu:

- Olhe, sabe, é que isto de olhar para trás faz doer o pescoço!

Não se esqueça desta história Sr. Deputado.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Ponte:

É evidente que o Sr. terá as suas razões e eu tenho as minhas.

Infelizmente, quando o Sr. encerra a sua intervenção, dizendo que o povo a seu devido tempo saberá dar o valor a quem, de facto, trabalhou por eles ou não.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado Joaquim Ponte, que nós e o povo, felizmente, temos o termo de comparação de que vocês têm normalmente tanto receio que se procure. É que, de fact, hoje há balizas, hoje sabe-se comparar o que se foi capaz de executar no passado e aquilo que se está fazendo no futuro. É por isso e por essa razão que se invoca o passado. Se os Srs. fossem uma força política que nunca tivesse tido responsabilidades governamentais na Região, tal como o PP ou o PCP, por exemplo,

podem sempre invocar uma forma de idealizar, uma forma de governar, que ainda nunca foi testada, agora a vossa foi.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Tudo o que vocês digam tem, de facto, uma correspondente prática no passado. É por isso nós temos que fazer essa comparação. Quando vocês criticam de em dois anos se construir 23,6 Km nós temos que recordar que em 8 anos não passaram de 18 Km. Por isso quando vocês dizem que o Centro de Saúde atrasou, nós temos que dizer que em 8 anos vocês não gastaram um escudo nele, apesar de ter estado em dois Planos de Médio Prazo. Portanto, meus Srs., falar em não execução ou em fraca execução, contra isso nós temos a invocar apenas o seguinte: cada obra que entrou no Plano Médio de Prazo deste Governo é para executar.

Deputados Joaquim Ponte e António Meneses (PSD): Vamos ver!

O Orador: Até mesmo aquela que o Sr. refere, que baixou significativamente no montante da verba para 10 mil contos, porque é para um projecto e que há razões para isso, até essa é para executar. Mas isso é que é importante fixar, porque vocês levaram 8 anos sem iniciar algumas das obras que incluíram nesse Plano 89/92.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do Governo e do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Pedia o favor do Grupo Parlamentar do PS de substituir a Sra. Secretária na Mesa.

(Neste momento a Sra. Secretária da Mesa Deputada Natividade Luz foi substituída pelo Sr. Deputado João Carlos Macedo)

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Ao fazer-se o balanço das propostas já realizadas, nos anos de 97 e 98, que constam do Programa do Governo para o Sector da Educação, verificamos, com satisfação, um elevado grau de cumprimento daquelas.

Foram tomadas medidas legislativas que alteram profundamente a gestão escolar. No 1º ciclo foram extintas as Direcções e Delegações Escolares e foram criadas Áreas Escolares e Escolas Básicas Integradas, com órgãos de gestão próprios e serviços com autonomia administrativa. Encontra-se, já, na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, a proposta de decreto legislativo que pretende adaptar à Região o Decreto-Lei nº 115/A-98, o qual estabelece o novo Regime de Gestão e Autonomia das Escolas dos 2º, 3º ciclos e secundário.

Para dotar as escolas de maior autonomia financeira, foram criados, em todas as elas, os fundos escolares, permitindo a intervenção atempada na manutenção e conservação do parque escolar. Já foram transferidos para esses fundos cerca de 200 mil contos.

Para combater o Insucesso e a Exclusão Escolar, foram criadas, em todas as escolas, Equipas Multidisciplinares, cuja função é apoiar os alunos e o seu agregado familiar, com vista à diminuição da exclusão e à promoção do sucesso escolar, bem como ajudar à elaboração e à aplicação do plano integrado de combate à exclusão social na

escola, e ao abandono escolar; implementaram-se currículos alternativos destinados a alunos com dificuldades de aprendizagem; estão, já, em funcionamento, em 20 escolas do Ensino Básico e Secundário cursos de Formação Profissional, de acordo com o Programa Formativo de Inserção de Jovens; colocaram-se 13 psicólogos em vários agrupamentos de escolas, e tem-se vindo a melhorar a articulação permanente entre as escolas e as comissões locais de acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A reparação e alargamento do Parque Escolar têm sido uma prioridade. Pretende-se diminuir a sobrelotação das escolas e melhorar, significativamente, as instalações existentes tornando-as espaços atractivos para quem lá trabalha (discentes e docentes), em prol de um ensino com qualidade. Nesse sentido, estão em curso:

- Obras de grande reparação, beneficiação e ampliação de escolas do 1º ciclo, através do programa de cooperação financeira com as autarquias e que, de acordo com as candidaturas já aprovadas, irão beneficiar 623 salas de aula e construir mais 47 novas salas;
- Trabalhos de grande reparação, beneficiação, manutenção e conservação de 11 escolas dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário.
- Estão em fase de elaboração programas funcionais e em início ou conclusão projectos de execução de 5 escolas do 1º ciclo e 1 escola do 2º e 3º ciclos.
- Foi iniciada a elaboração dos projectos de execução de 2 escolas dos 2º e 3º ciclos e Ensino Artístico (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada) e de 1 Escola Secundária (Horta).

- Foi dada continuidade aos trabalhos relativos à construção da Escola Secundária Geral e Básica Cardeal Costa Nunes e EB 1, 2, 3 Mouzinho da Silveira e ampliação da Escola Secundária Geral e Básica da Ribeira Grande e EB 2,3/S de São Roque do Pico.

- Iniciaram-se os processos conducentes à elaboração de projectos de execução, de adaptação ao Ensino Secundário de 6 EB 2,3/S e de ampliação de 2 EB 2,3.

A este esforço de ampliação e beneficiação do parque escolar, há a juntar o de dotar e/ou modernizar as escolas, no que diz respeito aos equipamentos. Prevê-se que, até ao final do ano, sejam gastos 265 mil contos, na aquisição de material de informática, de maquinaria e equipamento para a educação pré-escolar, ensinos básico e secundário, educação especial e ensino artístico. O montante acima referido, constitui o maior investimento de sempre no programa dos Equipamentos Escolares.

Todas as escolas do 2º e 3º ciclos tiveram a partir do ano lectivo em curso, acesso à internet, com o benefício que daí advém para os alunos e professores daqueles graus de ensino.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As perspectivas no Sector da Educação, para os próximos 2 anos de governação socialista, enquadram-se na política educativa que consta do Programa de Governo, aprovado por esta Assembleia, e, naturalmente, irão dar continuidade aos projectos em curso, bem como iniciar outros, por forma a dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo PS/Açores, com os Açorianos. Assim:

- A implementação do novo modelo de gestão, quer do 1º ciclo, quer dos 2º e 3º ciclos e secundário, vai ser um dos objectivos fundamentais a atingir;
- O combate ao insucesso e à exclusão escolar irá continuar a ser uma das grandes prioridades. A implementação, no terreno, das medidas legislativas já tomadas, vai ser objecto de uma observação e avaliação, por parte da Direcção Regional de Educação, por forma a identificarem-se as dificuldades encontradas e a conhecerem-se os resultados obtidos;
- Continuar-se-á a perseguir o objectivo da Escola Integrada e Inclusiva. Nos próximos 2 anos as Escolas de Educação Especial de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, irão ser transformadas em centros de recursos humanos, técnicos e materiais tendo em vista a integração dos alunos deficientes nas escolas do ensino regular;
- Será criada, finalmente, a Inspeção Regional de Educação. Irá ser um serviço dotado de autonomia técnica e administrativa com competência de inspecção, auditoria e de controlo do Sistema Educativo da Região Autónoma dos Açores e da salvaguarda dos interesses dos utentes;
- A formação de pessoal docente e não docente, irá continuar a ser uma área prioritária de investimento. No próximo ano, cerca de 30 professores concluirão o curso de Estudos Superiores Especializados em Desenvolvimento Pessoal e Social e 25 concluirão o Mestrado em Supervisão Pedagógica. Muitos professores continuarão a frequentar cursos de complemento de habilitações na Universidade Aberta e, outros protocolos poderão ser assinados no próximo ano, tendo em vista a profissionalização de muitos docentes;

- O melhoramento do parque escolar vai, nos próximos 2 anos, continuar a merecer uma especial atenção;
- A cooperação financeira com as autarquias terá continuidade, de modo a que todas as escolas do 1º ciclo fiquem completamente recuperadas.

Em 1999, serão lançadas as empreitadas para as ampliações e adaptações ao ensino secundário; os concursos para as novas escolas de 2º e 3º ciclos e Ensino Artístico previstas para Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, e para a Escola Secundária da Horta. Ainda, em 99, ficará pronto o projecto para a nova Escola Básica Integrada das Lajes do Pico.

No que diz respeito aos equipamentos realça-se a continuidade do investimento, nomeadamente de informática, para todos os níveis de ensino. É um objectivo a atingir, nos próximos 2 anos, a instalação da internet em todas as escolas do 1º ciclo.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A dotação orçamental para 1999, do Programa 18 - Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais, é de cerca de três milhões de contos. Trata-se da verba considerada necessária para levar a cabo as várias acções programadas para o ano de 99 e que atrás referi.

Para o Programa 19 - Desenvolvimento do Sistema Educativo, propõe-se a dotação de 340 mil contos, a qual é superior em 15 mil contos à de 98. Convém referir, aqui, que a verba de 60 mil contos no projecto 19.1-Formação para o ensino, corresponde à comparticipação do Orçamento da Região em 21%, para acções de qualificação de pessoal docente e não docente e apoio à formação técnico-profissional.

Consideramos as propostas e as dotações orçamentais do Plano para 1999, adequadas à continuação da política educativa deste Governo e realistas face aos recursos económicos de que a Região dispõe. Por estas razões o Grupo Parlamentar do PS irá votá-las favoravelmente.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Chegamos então à hora regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos. Começaríamos amanhã às 10.00 horas.

Pedia a atenção dos Srs. Deputados para os tempos disponíveis.

O PCP tem 58 minutos, o PP tem 67 minutos, o PS tem 4 horas e 38 minutos, o PSD tem 4 horas e 16 minutos e o Governo 4 horas e 29 minutos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e até amanhã às 10.00 horas.

(Eram 20.10 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga **Greves**

Deputada que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

O Redactor de 1.^a Classe: *José Rodrigues Costa*